

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

**Junio Campos de Abreu Lima**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS DO BRASIL - 2000 a  
2020**

O Instituto Brasileiro de Museus enquanto principal autarquia federal para gestão do  
setor museal

OURO PRETO – MG

25 de agosto de 2021

**Junio Campos de Abreu Lima**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS DO BRASIL - 2000 a  
2020**

O Instituto Brasileiro de Museus enquanto principal autarquia federal para gestão do  
setor museal

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado  
em Museologia da Escola de Direito, Turismo e  
Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes.

Linha de Pesquisa: Museologia e Processos  
Museais Aplicados

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA  
OURO PRETO – MG

2021

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L732a Lima, Junio Campos de Abreu.  
Análise das políticas públicas para os museus do Brasil - 2000 a 2020  
[manuscrito]: o Instituto Brasileiro de Museus enquanto principal  
autarquia federal para gestão do setor museal. / Junio Campos de Abreu  
Lima. - 2021.  
57 f.: il.: gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola  
de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Políticas públicas. 2. Museus - Brasil. 3. Instituto do Patrimônio  
Histórico e Artístico Nacional (Brasil). 4. Autarquias. I. Nunes, Gilson  
Antônio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 069(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Junio Campos de Abreu Lima**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS DO BRASIL - 2000 a 2020**  
**O Instituto Brasileiro de Museus enquanto principal autarquia federal para gestão do setor museal**

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovada em 25 de agosto de 2021.

Membros da banca

Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Profa. Dra. Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira - Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/10/2021



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Antonio Nunes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/10/2021, às 00:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0231556** e o código CRC **B29CD69A**.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Universidade Federal de Ouro Preto por todo o processo ao longo de 4 anos. Todos os momentos que vivi, as pessoas que conheci, os amigos que fiz e, infelizmente, os que perdi...enfim, toda a trajetória que só foi possível por conta deste espaço de convivência e aprendizado. Agradeço ao corpo docente, administrativo, técnico e seus trabalhadores terceirizados por permitir o funcionamento e o usufruto de todos aqueles que chegam para vivenciar esses 4 anos de uma trajetória inesquecível. Uma universidade extremamente assistencialista, plural e eficiente no que se pretende fazer.

Agradeço o Departamento de Museologia pelo aprendizado e diversas oportunidades nesta trajetória. Os laboratórios bem estruturados, o corpo docente bastante competente, as condições ideais para aprendizado, as visitas técnicas que pude vivenciar e que colaboraram demais para minha formação, os estágios e projetos, entre diversos fatores que foram cruciais para o momento que aqui chegamos.

Agradeço demais minha mãe, Aparecida Auxiliadora Campos e meu pai, Sirvio Arlindo de Abreu Lima, pelo suporte e apoio nessa jornada, sem eles nada disso seria possível, sempre me apoiando e auxiliando da forma que podiam. Essa é, com certeza, uma conquista deles também. Agradeço minha irmã, Ana Carolina, que sempre me apoiou e ajudou, sempre esteve presente como amiga nessa minha trajetória. Agradeço a todos meus familiares, meus avós, meus tios que são parte dessa história também com todo o suporte e apoio sempre, meus primos, todos que sempre estiveram presentes nessa caminhada.

Agradeço ao Prof. Gilson Antônio Nunes, meu orientador e amigo, que incentivou a maior parte da minha trajetória acadêmica. Me acolheu em seus projetos desde o meu primeiro período e me permitiu viver grandes acontecimentos na graduação como nosso projeto de Iniciação Científica, o IV SEBRAMUS em Brasília, os artigos publicados, o projeto de extensão que me aproximou de um dos meus assuntos favoritos, que é a astronomia, os conselhos para vida, enfim, todos os momentos que compartilhamos juntos, sempre dando asas e espaços para

concretizar tudo aquilo que eu sonhava. É uma pessoa que levo com muito carinho e zelo para minha vida.

Um agradecimento especial a Profa. Ana Audebert pelos momentos compartilhados. Uma ótima professora com que pude ter contato e suporte nessa trajetória, definitivamente me marcou neste caminho de forma bastante especial.

Agradeço também a Profa. Sineide Gonçalves, da disciplina de Leitura e Produção de Textos no primeiro período, que graças a um comentário em nota de rodapé em um trabalho, me incentivou por toda a graduação e me fez decidir que pretendo seguir vida acadêmica. Foi graças a aquelas palavras em *caps lock* logo no primeiro trabalho que fiz na faculdade que me deram forças para sempre continuar fazendo o meu melhor e me dedicando ao máximo. Levo com muito carinho comigo.

Agradeço aos meus amigos da Museologia: Bruno, Julia, André e Guilherme, obrigado por sempre estarem presentes compartilhando cada momento de alegria e tristeza nessa trajetória. Foram, sem dúvidas, um dos maiores presentes que a UFOP me proporcionou. Obrigado de coração por sempre estarem do meu lado, confio demais em vocês e só tenho a agradecer tudo que vivemos e compartilhamos.

Agradeço a Maria Isabel, aquela historiadora perfeita que vivenciei comigo parte dessa trajetória como colega de sala, dando sempre incentivo e enchendo minha bola para que eu pudesse continuar avançando sempre. Aconselhando e compartilhando momentos ótimos, uma amiga de coração. Muito obrigado Bel!

Agradeço em memória o Henrique Resende, um amigo que infelizmente foi-se muito cedo, com apenas 22 anos. Ele sem dúvidas faz parte dessa trajetória, compartilhando cada momento e vivendo intensamente tudo que podíamos viver. Um amigo para além da Museologia, agradeço de coração por você ter existido e cruzado meu caminho.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação. Sou muito grato a cada um que passou pela minha vida e sei que não seria nada sem eles, então, meu muito obrigado a todos vocês!

## RESUMO

As políticas públicas para os museus no Brasil perpassam um longo período de desenvolvimento, sendo fortalecidas ao longo deste processo. Percorrendo desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 enquanto primeiro grande marco das políticas públicas no âmbito da cultura, até o ano de 2003 com a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o lançamento da Política Nacional de Museus enquanto grande salto ao se desenvolver políticas públicas exclusivamente para o setor museal. Até o ano de 2009 com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Estatuto de Museus agregando, assim, de forma bastante positiva no cenário museológico brasileiro. E finalizando com o momento recente no ano de 2020 que mostra-se, em grande parte, um retrocesso para tudo que já fora desenvolvido até então. Essa pesquisa busca, portanto, discorrer de forma qualitativa a trajetória do IPHAN e do IBRAM enquanto autarquias federais responsáveis pela gestão e manutenção dos museus brasileiros, analisando os relatórios de gestão ao longo de 21 anos (2000 a 2020). Dessa forma, espera-se demonstrar a importância de se criar uma autarquia exclusiva para este fim, observando do ponto de vista orçamentário os ganhos e perdas neste processo, assim como os principais governos para o fortalecimento do setor museológico e cultural no Brasil.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Culturais; Museus Brasileiros; IPHAN; IBRAM; Relatório de Gestão.

## **ABSTRACT**

Public policies for museums in Brazil have been through a long period of development. Therefore, they got strengthened throughout this process. Since the creation of the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN) in the 1937s as the first major milestone of public policies in the culture sector, until 2003 with the creation of the Department of Museums and Cultural Centers (DEMU), linked to National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN), and the launch of the National Museum Policy, was a great leap in developing public policies exclusively for the museum sector, until the year 2009 with the creation of the Brazilian Institute of Museums (IBRAM), and the Statute of Museums aggregating, thus, a very positive overview in the Brazilian museological scenario. Finally, the actual scenario, at the year of 2020, demonstrate the major setback for everything that had been developed so far. This research seeks to describe in a qualitative way the trajectory of the IPHAN and the IBRAM as federal authorities responsible for the management and maintenance of Brazilian museums, analyzing management reports over 21 years (2000 to 2020). Therefore, it is expected to demonstrate the importance of creating an exclusive autarchy for this purpose, observing from the budgetary point of view, the gains and losses through the process, as well as the most important governments for the museological, and cultural sector strengthening in Brazil.

**Keywords:** Cultural Public Policies; Brazilian Museums; IPHAN; IBRAM; Management Reports

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MUSEUS BRASILEIROS .....	15
2.1. O que são as Políticas Públicas no Brasil? .....	15
2.2. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937.....	19
2.3. A Política Nacional de Museus.....	22
2.4. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) .....	28
3. METODOLOGIA PARA PESQUISA.....	36
4. RESULTADOS .....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	57

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, em forma de monografia, tem a proposta de analisar o grande campo das Políticas Públicas na área da Museologia. A proposta visa avaliar os processos (positivos e/ou negativos) de cada período em que foram pensados o aparato jurídico, para a área dos museus. Para tanto, é preciso voltar os olhares ao momento de estruturação das políticas culturais no Estado brasileiro.

Vale a pena considerar que todo o processo de desenvolvimento da pesquisa e trajetória para consolidação deste trabalho foi feito no período da pandemia do COVID-19, repercutindo diretamente no processo produtivo do aluno. Foi uma longa trajetória dentro da nova forma de viver, envolta de medos, inseguranças e frustrações. Todavia, com muita dedicação e apoio de pessoas próximas, foi possível a execução deste trabalho e desenvolvimento de uma pesquisa significativa para o cenário museológico brasileiro.

A partir das ponderações feitas, no decorrer do trabalho será apresentada a trajetória desde a criação, pelo Decreto nº 25 de 30 de novembro 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ao atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), lançando-se ao ano de 2003 em que a Política Nacional de Museus (PNM) seria promulgada e o Departamento de Museus e Centros Culturais vinculado ao IPHAN (DEMU) será estruturado. Em uma projeção contínua, direciona-se ao objetivo maior desse trabalho, que perpassa a criação pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, do Estatuto de Museus e pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Tais análises servirão para complementar a necessidade dessa pesquisa, que se dará na comparação dos relatórios de gestão das duas autarquias federais, a fim de se observar os repasses financeiros anuais às instituições museais. Nessa perspectiva, a ideia é analisar quais os impactos da transição de uma instituição gestora para a outra ou seja, do IPHAN para o IBRAM.

O trabalho desenvolve-se na área complexa das políticas públicas e gestão de museus, resultando diretamente das escolhas do aluno no decorrer do curso. Essas escolhas foram feitas a partir da oportunidade de desenvolvimento, juntamente com o docente e orientador deste trabalho de conclusão de curso, Gilson Antônio Nunes do Departamento de Museologia da Escola de Direito, Turismo e

Museologia (EDTM), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e da iniciação científica intitulada “Identificação do Panorama do Setor Museológico em Minas Gerais”, a qual voltou o olhar para a área de políticas públicas direcionadas aos museus.

Nesse momento o aluno sentiu-se bastante instigado pelo assunto, no processo de materialização da sua pesquisa, sofrendo também forte influência da disciplina do curso intitulada de Políticas Públicas na Área da Museologia (Mul110). Dessa forma, decidiu desenvolver no trabalho de conclusão de curso uma discussão mais direcionada para este setor, analisando o campo de gestão de museus no processo.

Ao se pensar em Políticas Públicas na área da cultura, mas, principalmente dos Museus, nossos olhares são direcionados, primeiramente, para o lançamento da Política Nacional de Museus (PNM), em maio do ano de 2003, pelos então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais/IPHAN (criado naquele mesmo ano), José do Nascimento Júnior, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta veio para auxiliar os museus a se desenvolverem e ganharem destaque perante aos períodos anteriores.

Esse departamento da autarquia será essencial para o expressivo fortalecimento do campo museal brasileiro, lançando em 2006, por exemplo, o Cadastro Nacional de Museus (CNM), que registrou o total de 1.241 museus naquele período. Esse primeiro momento será essencial para o que virá a se consolidar, posteriormente, no campo das políticas públicas brasileiras para os museus, no ano de 2009. Dessa forma, instituído pela Lei 11.906/2009, cria-se uma nova autarquia pensada apenas para gestão dos museus e centros culturais, desvinculando-se de demais instituições de patrimônio e de preservação: o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Portanto, esse trabalho de conclusão de curso, tentará entender o cenário dos anos que antecederam a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), como Departamento de Museus e Centros Culturais vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN) e, a partir de 2009, com a então criação do novo órgão governamental.

Objetiva-se, assim, analisar os relatórios de gestão do próprio IBRAM e, em contraponto, os do IPHAN, para que, dessa forma, possa-se levantar dados

comparativos das duas entidades. O principal elemento a ser analisado será o investimento de recursos financeiros, a partir da criação da instituição museal em questão. Será, por necessidade, perpassado o Decreto 25/1937 que regulamenta a criação do IPHAN.

A escolha do tema surge em decorrência do cenário político instaurado no ano de 2018, que reverberava a partir do golpe político no governo eleito no ano de 2016. A partir deste quadro, criou-se diversas propostas de formas questionáveis de gestão do Estado Nacional e, no mote contextual deste trabalho, uma delas foi a edição da Medida Provisória nº 850, de 10 de setembro de 2018. Essa Medida autorizava o Poder Executivo Federal a extinguir o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), permitindo criar a Agência Brasileira de Museus (ABRAM). Essa proposta, como redigida em seu Artigo 1º:

Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir a Agência Brasileira de Museus – Abram, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com a finalidade de gerir instituições museológicas e seus acervos e promover o desenvolvimento do setor cultural e museal (BRASIL, 2018).

Como é bem nítido no texto redigido acima, observa-se o cunho totalmente privativo de um sistema que propunha retirar da esfera do poder público a responsabilidade de gestão da autarquia nacional, o IBRAM. Tal medida demonstra o descaso no âmbito cultural que aquele governo propunha, desrespeitando qualquer conquista já obtida no conjunto das políticas públicas para os museus.

Analisando Nunes e Oliveira (2018), tal medida não apenas serve como ataque direto à autonomia do órgão público, mas também:

fragiliza ainda as ações de implementação de projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como o estabelecimento de normas, padrões e procedimentos, e principalmente a manutenção de programas de financiamento para o setor. O fim do IBRAM elimina também a instância de coordenação do Sistema Brasileiro de Museus, não prevendo substituto para a condução do órgão consultivo do setor museológico (NUNES; OLIVEIRA, 2018, p.116).

É nítida a preocupação e comoção que tal proposta causou no cenário museológico e cultural na época, pois a ideia colocava em discussão não apenas o que já estava e continuava sendo estruturado, mas sim usurpava de um infortúnio,

que foi o incêndio do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para deslegitimar um importante organismo de gestão dos museus do Estado.

Ainda de acordo com Nunes e Oliveira (2018), destaca-se o questionamento levantado acerca de “como se organiza o campo museal hoje no Brasil?”. Em que espaço está consolidada a política pública para os museus? E, será que está de fato consolidada?

Mesmo que as perguntas anteriores sirvam mais para instigar e discutir acerca do complexo tema das políticas públicas e museus no Brasil, vale ressaltar afirmação acerca da importância do IBRAM, feita por Nunes e Oliveira (2018, p.116):

O IBRAM tem um papel importantíssimo, propositivo das políticas para o setor dos museus de forma democrática, inclusiva e abrangente, as quais acabam por influenciar a organização dos agentes e do campo nas esferas estaduais e municipais.

Abordando agora a estruturação da ABRAM, observa-se a divisão em três órgãos principais: o Conselho Deliberativo (órgão superior da ABRAM composto pelo Ministério de Estado da Cultura, pelo Diretor-Presidente da Diretoria Executiva, por quatro representantes titulares do Poder Executivo federal e quatro suplentes e por três representantes de entidades privadas do setor de cultura e museologia titulares assim como três suplentes), a Diretoria Executiva (órgão de direção da ABRAM composta por cinco membros – Diretor-presidente e quatro Diretores, com mandatos válido por quatro anos) e o Conselho Fiscal (órgão responsável pela fiscalização das atividades, sendo composto por três membros titulares e três suplentes escolhidos pelo Conselho Deliberativo).

Com a Medida Provisória nº850/2018, no artigo 20º, do Capítulo VI, disposições finais, “o Poder Executivo federal fica autorizado a promover, a partir da data de instituição da ABRAM, a extinção do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, criado pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009.”, portanto, a proposta transferia a função de gestão dos museus públicos brasileiros para uma Agência de estruturação privada em parceria com o poder público. A nova instituição criada não foi viabilizada, sendo que a MP nº 850/2018 foi arquivada em 13 de fevereiro de 2019. Dessa forma, o quase extinto Instituto Brasileiro de Museus se reestrutura enquanto autarquia das instituições museais públicas com nova diretoria.

Pode-se afirmar que tal investida política no cenário museal brasileiro foi o gatilho para proposta do tema aqui estudado. Entretanto, do ponto de vista mais amplo e totalmente relacionado aos museus brasileiros, registra - se dois momentos de extinção do Ministério da Cultura, atualmente funcionando enquanto Secretaria Especial de Cultura vinculada ao Ministério do Turismo. Talvez, a maior necessidade de estruturação deste trabalho de conclusão de curso pelo discente foi o somatório dos intensos ataques na área da cultura pelo governo brasileiro. Assim, discorre-se adiante sobre os dois cenários de desmantelamento do setor cultural brasileiro.

Após o processo do *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rouseff no ano de 2016, com a posse do Vice-Presidente da República, no cargo de Presidente Interino da República, Michel Temer, a Medida Provisória nº726, de 12 de maio de 2016 foi aprovada. Ela alterava e revogava os dispositivos da Lei nº10.683, de 28 de maio de 2003, que dispunham sobre a organização da Presidência da República e de seus respectivos Ministérios. Dessa forma, a MP extinguiu diversos Ministérios e Secretarias, não ficando de fora o Ministério da Cultura (BRASIL, 2018).

Tal medida foi alvo de forte crítica no âmbito nacional, o que fez com que em 18 de maio o presidente do Senado, Renan Calheiros, propusesse a recriação do Ministério da Cultura para o Presidente Interino da República. Foi um movimento que gerou bastante ressonância na população e mobilizou diversos militantes na área da cultura, assim como diversos artistas. Dessa forma, no dia 20 de maio de 2016, alegando ter ouvido a opinião de diversos artistas, o Presidente Interino Michel Temer reverteu a extinção do Ministério. É interessante observar, que neste primeiro momento de sua extinção, uma das primeiras medidas pensadas para desmantelar todo o trabalho político dos governos anteriores foi no âmbito cultural, espaço que tende a ser fortemente negligenciado por governos autocentrados em uma perspectiva de mercado e grandes fortunas. Porém, mesmo com a conquista alcançada pela militância e intensas disputas, no ano de 2019, o Ministério da Cultura sofre um novo ataque e é desmantelado e extinto novamente.

Assim que ocorreram as eleições de 2018 e a partir da posse do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, a proposta de extinção do Ministério da Cultura retorna e, por uma atitude totalmente autoritária, é concretizado em janeiro de 2019. Dessa forma, deixa de existir o Ministério da Cultura, o Ministério do Esporte e o Ministério do Desenvolvimento Social e é criado o Ministério da

Cidadania gerido pelo ministro de base aliada ao presidente Deputado Osmar Terra, fazendo com que o antigo Ministério da Cultura se tornasse uma Secretaria dentro da pasta, a Secretaria Especial da Cultura. No ano de 2021 há a mudança da secretaria para o Ministério do Turismo.

Sabe-se que o atual governo brasileiro é marcado por fortes rompimentos e retrocessos em sua própria gestão, retirando os responsáveis pelos Ministérios e Secretarias sempre que o presidente o queira fazer. Dessa forma, a Secretaria Especial da Cultura teve até o presente momento, 7 gestores diferentes nesse seu curto tempo de existência (Henrique Pires, José Paulo Martins, Ricardo Braga, Roberto Alvim, José Paulo Martins, Regina Duarte e atualmente Mario Frias). Pondera-se este fato apenas para elencar o quão incerto é o atual cenário cultural brasileiro nesse momento demonstrando a precariedade e despreparo na gestão política do setor no Brasil.

Dessa forma, com todo esse cenário recente explicitado, pretende-se mostrar ao longo deste trabalho a importância da criação das políticas públicas para os museus e o desenvolvimento das autarquias para o setor museológico nacional, assim como seus eventuais avanços, comparando o período de gestão do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN (DEMU – 2003 a 2009) com o período de gestão do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM – 2009), entendendo os possíveis avanços existentes.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO CULTURAL E OS MUSEUS BRASILEIROS

### 2.1. O que são as Políticas Públicas no Brasil?

Ao abordar o tema Políticas Públicas no âmbito cultural há diversos momentos que podem ser destacados. Todavia, se faz incontestável que os primeiros marcos da ideia de gestão e conservação de bens culturais no Brasil se deu nos anos de 1930, com o processo de estruturação do Estado Novo por Getúlio Vargas. Nesse momento, analisam-se as contribuições de Silva e Pinheiro (2013), que abordam a trajetória das políticas desenvolvidas no período de consolidação do Estado Novo, naquele momento, do recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Perpassando, assim, o grande período histórico até o ano de 2003, com a criação da Política Nacional de Museus (PNM) e do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) vinculados ao IPHAN, emergindo no ano de 2009, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e todos os processos que o precederam até os dias atuais, assuntos que serão desenvolvidos adiante neste trabalho.

Segundo Silva e Pinheiro (2013), referenciando Fausto (2012), pode-se citar que “foi no ambiente do Estado Novo que ocorreu a formulação de políticas voltadas ao segmento cultural. Na vigência desse Estado centralizador e autoritário, a cultura passa a ser concebida em termos de organização política.” (FAUSTO, 2012, apud SILVA; PINHEIRO, 2013; p. 02).

Observa-se nesta citação, que o campo cultural se volta, naquele momento, como uma das formas de articular e justificar toda a construção pretendida por Getúlio Vargas e seus chamados Intelectuais Modernistas de uma forte ideologia nacional e centralizadora do Estado. Vale a pena ressaltar também outras propostas e projetos de estruturação da ideologia nacional no âmbito da museologia e dos museus, como a própria fundação do Museu Histórico Nacional no ano de 1922 e o Curso de Museus, projetos de Gustavo Barroso.

Todavia, destaca-se aqui pelo comparativo e trajetória histórica pretendida neste trabalho o processo delimitado da própria estruturação do Estado Novo e a

ideia principal levantada por Getúlio Vargas entendendo a cultura enquanto espaço de firmamento de um projeto de nação.

Neste período, a cultura e o patrimônio podem ser entendidas como os pilares das ideologias do Estado Novo, ao lado da implantação das leis trabalhistas, também um forte pilar a ser pontuado. Ao analisar tais relatos e contribuições, pode-se entender que a proposta ali difundida entendia a preservação do patrimônio, assim como suas políticas específicas, como uma forma de preservar a própria memória nacional, criando assim um ideal difundido de cultura brasileira.

É interessante imaginar como esse processo se deu e como o cenário de 1922 influenciou e ajudou de forma sistemática e significativa a consolidação do discurso que surgiria na década de 1930. O culto ao passado e as tendências lideradas por Oswald de Andrade e Mário de Andrade no Modernismo seriam as principais influências para as ações de Getúlio Vargas ganharem forma e espaço dentro da ideologia do Estado Novo.

Partindo diretamente ao significado de Políticas Públicas, optou-se em trazer duas definições do termo: a primeira do Dicionário de Políticas Públicas organizado por Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo e Antônio Eduardo de Noronha Amabile, no ano de 2012, pela Universidade do Estado de Minas Gerais; e a segunda definição desenvolvida por Silva e Pinheiro (2013). A proposta tentará convergir duas ideias bem próximas de políticas públicas para o cenário de políticas públicas na área da cultura, especificando assim o tema de abertura deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Portanto, seguindo com a primeira definição escolhida, redigida por Castro *et al.* (2012), observa-se a seguinte ideia:

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório (CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012; p.390).

Observa-se nitidamente a necessidade de afirmar que o campo das políticas públicas está diretamente relacionado com “questões (...) que visam à satisfação do interesse de uma coletividade”. O entendimento da área como “estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade” definem a ideia indissociável de Estado político e Estado civil. De forma resumida, é o mesmo que afirmar que as políticas públicas só fazem sentido para a população que a usufrui, sendo que, do contrário, não existiria a necessidade de se pensar em políticas públicas se não fosse o público último a ser beneficiado por tais meios, no caso, a própria sociedade civil. Os autores finalizam a citação demonstrando a obrigação do Estado em criar e gerir tais mecanismos, porém, ressaltando a importância de sua gestão em parceria com a sociedade civil.

Adiante, no decorrer o tópico que traz essa definição na obra, de Castro *et al.* (2012) deixa claro que não é possível definir uma finalidade objetiva das políticas públicas. Tal ponderação se dá principalmente devido ao amplo leque de debates e embates que permeiam este vasto campo, já que o cenário das políticas públicas é transpassado por discussões filosóficas, jurídicas, sociológicas, econômicas, administrativas e políticas, como levantado por ele. Neste momento, os autores estão preocupados em discutir de forma mais específica os conceitos brutos das políticas públicas, sem abordar suas diversas ramificações no grande espaço social e sem adentrar na discussão das políticas públicas na área da cultura, assunto que será melhor abordado na próxima definição. Para fechar o raciocínio até aqui sustentado, retomamos Castro *et al.* (2012), concluindo que:

As políticas públicas influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade. Grupos organizados se revezam como condicionantes dessas variáveis participando direta e indiretamente do processo decisório que as sustenta (CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012; p.390).

Definindo assim o caráter essencial de algo pensado para e pela sociedade civil.

Como dito anteriormente, a segunda definição de políticas públicas será discutida por Silva e Pinheiro (2013), a partir da ideia de articulação do Estado Novo na década de 1930:

O Estado apresentava políticas voltadas à ideia de patrimônio como instrumento de proteção da memória e formação da cultura nacional (...) o termo Políticas Públicas, entendido como um direito básico do cidadão, que deve ser pautado pela inclusão social, visando à inclusão cultural. Tais práticas são, segundo Santos (2002, p.201), o resultado de uma complexa interação entre agências estatais e organizações não estatais, na qual o Estado não é o principal e único componente proeminente no processo (SILVA e PINHEIRO, 2013; p.2).

Dessa forma, consegue-se perceber o mesmo conceito de políticas públicas voltada para a sociedade civil, porém, tomando corpo a ideia de “inclusão cultural”. É interessante destacar a seleção pelos autores em trazer como “o resultado de uma complexa interação entre agências estatais e organizações não estatais”, descartando o Estado enquanto corpo principal desse processo. É interessante, pois dessa forma, os autores demonstram que a finalidade das políticas públicas e das políticas públicas no âmbito cultural não são dependentes apenas do Estado, ele serve para gerir e mediar os processos, mas o centro de atuação perpassa a rede estatal, organizacional e civil. Vale destacar também o interesse privado neste processo.

Abordando diretamente a criação do conceito de políticas públicas, pode-se recorrer ao trabalho de Nunes (2014) que aborda a trajetória desde a criação do primeiro museu brasileiro, criado no século XVII pela colonização holandesa, até o atual cenário da Política Nacional de Museus. Neste aspecto, vale ressaltar a comparação feita por Nunes (2014) acerca da invasão holandesa e da colonização portuguesa no Brasil, já que foi apenas na segunda metade do século XVIII que surgiria a primeira instituição tida como museu da colônia portuguesa, no Rio de Janeiro, a Casa dos Pássaros. Segundo o autor, o século XIX termina com o Brasil possuindo apenas 11 museus.

De forma notória, com o passar dos tempos, diversas instituições museais foram surgindo, chegando a mais de 3 mil museus nos dias de hoje. Entretanto, dentre esse resultado atual, vale ressaltar uma informação já levantada anteriormente neste trabalho, o papel decisório das políticas do Estado Novo no século XX em criar, manter e gerir o patrimônio histórico e preservação da memória para criação de uma ideologia política. Dessa forma, nota-se um salto considerável, a partir deste processo, na criação de inúmeros museus e o surgimento, então, dos

primeiros resquícios de criação de uma política pública na área da cultura e dos museus.

Dentre diversas iniciativas que corroboraram para a implementação de uma política pública para os museus, de acordo com Nunes (2014), a partir da implantação do Museu Histórico Nacional, foi a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais em 1934, iniciativa de Gustavo Barroso e diretamente ligada a criação do Curso de Museus no ano de 1932. Além dessa iniciativa, em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), assunto este que será melhor abordado no próximo tópico.

## 2.2. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937

De acordo com Silva e Pinheiro (2013), é no processo de instauração do Estado Novo que se inicia o projeto de “institucionalização da cultura” (SILVA e PINHEIRO, 2013; p.3), momento em que o governo projeta e cria políticas específicas para a área. Assim,

A criação do SPHAN marca o processo de formalização de uma política voltada para o patrimônio cultural brasileiro, tendo por base o ideário de construção da identidade e cultura nacionais, fruto das reflexões iniciadas nos anos de 1920, pelos intelectuais modernistas (JULIÃO, 2006; p. 19, apud. SILVA e PINHEIRO, 2013; p. 3).

É neste momento anterior à consolidação do Estado Novo, que surgiram os principais ideais de nação utilizados na política de Estado. O credo e identidade nacionalistas entram em forte vigor, em meados do século XX, a partir da concepção de uma identidade genuinamente brasileira, capaz de representar o país em moldes civilizatórios europeus. De acordo com os autores, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, os intelectuais se veem como os “mais capacitados para conhecer o Brasil” (SILVA e PINHEIRO, 2013; p.3), moldando assim o conceito do que deveria ou não ser preservado pelo aparato burocrático estatal.

Neste processo “civilizatório” da sociedade brasileira, no período de difusão do Estado Novo, cria-se, a partir de todo um movimento de vanguarda, uma base sólida de governo em que os autores analisarão, segundo Velloso, como um “projeto político-pedagógico, destinado a difundir a ideologia do Estado” (VELLOSO, 1982;

p.04, *apud* SILVA; PINHEIRO, 2013; p. 05). Para essa proposta de agregar na cultura um instrumento decisivo para difusão em massa, em uma ideia de “cultura nacional” pautada em uma “cultura oficial”, surge a necessidade de criação de alguns órgãos de gestão e manutenção dos aparatos políticos do Estado. Uma destas autarquias que será trabalhada é a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado no ano de 1937.

Por meio do Decreto-lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, é criado o SPHAN na repaginação e nova estruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços relativos à Educação (THOMPSON, 2010). Neste contexto, “o SPHAN surge com o advento do Estado Novo e da crítica modernista aos estrangeirismos, no contexto onde o que está em discussão é a formação da identidade nacional” (SILVA e PINHEIRO, 2013; p. 8).

A partir dessa articulação e da criação desse novo órgão subordinado ao MESP, é possível entender que este foi o primeiro grande passo para institucionalização do cenário cultural, patrimonial e preservacionista brasileiro, levando em consideração que a função primordial do SPHAN era de gerir, selecionar, resguardar e mediar os equipamentos patrimoniais que estavam sendo pensados naquele momento, usufruindo de certa autonomia por parte dos intelectuais que nele trabalharam.

Vale ressaltar que em momento anterior à instauração do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936, Mario de Andrade foi convidado pelo então ministro Gustavo Capanema a criar um documento que institucionalizasse um órgão para salvaguarda e preservação do patrimônio nacional. A partir desse primeiro projeto, foi articulado, em 30 de novembro de 1937, o Decreto final de criação do SPHAN, ficando a cargo de sua presidência, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dirigiria a instituição recém criada de 1937 até 1969, ano de sua morte.

A partir da Lei N° 378, de 13 de janeiro de 1937, que dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública pelo Presidente da República instaura a criação oficial do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, separa-se o objetivo do novo órgão “com a finalidade de promover, em todo País e de modo

permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937; art. 46).

Direcionando à parte que interessa neste trabalho, selecionam-se três tópicos específicos dentro da Lei em questão, sendo o primeiro o parágrafo 3º do artigo citado que define:

O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que fôr estabelecida em regulamento [sic] (BRASIL, 1937, art. 46, § 3º).

O segundo, o artigo 47, que discrimina o Museu Histórico Nacional “como estabelecimento destinado à guarda, conservação e exposição das relíquias referentes ao passado do País e pertencentes ao patrimônio federal [sic]” (BRASIL, 1937, art. 47), dando ênfase ao funcionamento do curso de Museologia existente. E terceiro, o artigo 48, que diz sobre a criação do Museu de Belas Artes “destinado a recolher, conservar e expor as obras de arte pertencentes ao patrimônio federal [sic]” (BRASIL, 1937, art. 48).

A partir dos grifos aqui apresentados, é possível entender e correlacionar o órgão recém fundado, à competência de gestão dos demais museus de caráter federal, que iriam surgir adiante do processo.

Ainda de acordo com Thompson (2010), em seus nove anos de existência, o SPHAN foi responsável pelo tombamento de 474 bens, sendo 246 somente em 1938, apenas um ano após sua criação. Percebe-se, portanto, que uma grande mobilização acerca da perspectiva preservacionista foi tomada, a partir da criação do órgão gestor vigente naquele momento.

O presente trabalho que está sendo desenvolvido irá tentar analisar os processos de gestão, a partir de dois grandes marcos legais, o primeiro aqui contextualizado e o segundo a partir da Política Nacional de Museus no ano de 2003 que será desenvolvido adiante.

Todavia, vale ressaltar, de acordo com Silva (2015, p.63) citando Julião (2009), no artigo, *O SPHAN e a cultura museológica no Brasil*, “as realizações museais do órgão são tímidas se comparadas às ações de proteção ao patrimônio edificado: o foco não era a criação de museus nem mesmo o tombamento de

acervos e instituições museológicas”. É interessante notar também, como bem explicitado pela autora, que no Decreto nº 20.303, de 02 de janeiro de 1946, só são citados como vinculados ao órgão três museus (Museu da Inconfidência, Museu das Missões e Museu do Ouro), e mais para frente com a Lei nº 2.200, de 12 de abril de 1954, acrescenta-se o Museu do Diamante (SILVA, 2015; p. 65). É apenas a partir das décadas de 1970 e 1980 que há um significativo crescimento do número de museus incorporados ao órgão, porém, ainda não tão expressivo quanto seria após a criação da Política Nacional de Museus e do DEMU/IPHAN, chegando a 37 unidades especiais e museus já no ano de 2003.

### 2.3. A Política Nacional de Museus

Como pontuado anteriormente, a Política Nacional de Museus (PNM) tem início no ano de 2003, durante o primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém, anteriormente ao período, há todo o processo que perpassam os anos de 1964 a 1985, período marcado pela forte repressão militar e abuso de autoridade governamental, a Ditadura Militar. Durante grande parte deste processo, a cultura passa por uma mudança de paradigmas e deixa de ser o centro ideológico do Estado como era anteriormente na era Vargas, e passa a ter um caráter pouco significativo do ponto de vista político e de forte repressão.

É apenas em meados de 1970 que se podem perceber essa ideia de forma ainda mais intensa, no qual, segundo Silva (2015) citando Amazona (2010) e Peregrino (2012), observa-se uma dinamização do conceito de cultura e patrimônio, tendo grande aumento dos movimentos sociais e valorização da diversidade cultural. É a partir desse momento que grande parte dos movimentos artísticos de resistência se instauram e começam a deslegitimar o governo opressor militar.

Após o término da Ditadura Militar, é criado o Ministério da Cultura (Minc), que segundo Silva (2015, p.62) em análise à Moraes (2009), “vai se firmar ao longo das décadas de 1980 e 1990, com predomínio, nesta última década, de uma política cultural de mercado”.

Após esses longos anos de repressão e reestruturação do Estado em bases democráticas, volta-se ao período de 2003 a 2010 com o governo Lula, o qual alinha a cultura na agenda social entendendo esse espaço como parte importante da

cidadania e inclusão social. É neste momento que é criado no âmbito do IPHAN o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), pelo decreto nº 4.811 de 2003, que será sucedido pelo IBRAM em 2009 (SILVA, 2015; p. 62).

Como bem discorrido por Silva (2015), em análise ao corpo jurídico de estruturação do SPHAN, há certa invisibilidade e pouca preocupação, como já citado, acerca da autarquia em defesa dos museus brasileiros, tendo assim pouquíssimos museus vinculados ao espaço legal (apenas 4 em 1954). Já no ano de 2003, logo no início da nova gestão política, há um acréscimo de 37 unidades especiais e museus (SILVA, 2015; p. 68). Esse número iria ser ainda maior, a partir da criação do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, pouco tempo depois.

Como é fácil perceber e bem explanado pelos autores, há uma certa opacidade acerca dos museus brasileiros, no que tange à política pública e sua gestão, tendo a notória reversão a partir do ano de 2003, quando novamente vemos a cultura sendo espaço fundamental pela proposta governamental do período. É a partir desse momento, que se pode afirmar que o meio cultural e os museus vivenciaram os “anos de ouro” no país.

Imbui-se ainda ao recém criado DEMU, a competência e responsabilidade de execução da Política Nacional de Museus (PNM) e pelo Sistema Brasileiro de Museus. De acordo com Silva, e facilmente notado a partir dos comparativos apresentados:

o Demu fortaleceu a área museológica através das discussões com a comunidade e da implementação de políticas públicas. Esse fortalecimento institucional se dá também através da criação de 23 cargos de museólogos no concurso nacional realizado em 2005 pelo Iphan (MORAES, 2009, p. 65, *apud* SILVA, 2015; p. 68).

A partir desse grande salto do ponto de vista de gestão pública aos museus, os anos seguintes são marcados pela portarias nº 1 de 5 de julho de 2006, tornando obrigatório aos museus do IPHAN a criação do Plano Museológico; nº 1 de 12 de janeiro de 2007, regulando relações entre Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais e Associações de Amigos, na autarquia do IPHAN; nº 43 de 26 de janeiro de 2007, transferindo a gestão administrativa, financeira e patrimonial de 19

unidades museológicas das Superintendências Regionais para a administração central, o DEMU (SILVA, 2015, p. 69).

Durante esse processo ainda se especifica o Projeto Lei nº 7.568/2006, instituindo o Estatuto de Museus, esse marco será essencial para gerir a necessidade de ferramentas legais como o Plano Museológico às instituições museais, servindo como uma espécie de marco regulatório a ser seguido pelas demais instituições.

Se tratando especificamente do documento criado para oficializar a Política Nacional de Museus (PNM), tem-se por meio do então Ministro de Cultura no governo Lula, Gilberto Gil, as seguintes palavras proferidas logo no início do documento:

Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural. Por isso, ao se implementar a política pública voltada para o setor cultural, não há como deixar de escutar as pessoas e os órgãos disseminadores da cultura e envolvê-los na formulação das políticas públicas necessárias (BRASIL, 2003; p. 05).

Dessa forma é possível notar a preocupação do Ministério da Cultura e do governo em ouvir e sugerir avanços e complementos baseados na opinião de profissionais da área e da sociedade civil. É notória a preocupação e a mudança de paradigma vista neste momento, já que há o entendimento de que a cultura não é apenas um objeto de ideologia do Estado e sim um fim direcionado totalmente para a sociedade e as pessoas que a compõem. Pode-se discutir acerca do papel social não apenas dos museus, mas sim da cultura como um todo.

Ainda é afirmado pelo Ministro da Cultura<sup>1</sup> que:

A Política Nacional de Museus, portanto, tem suas bases o reflexo de uma multiplicidade de vozes, uma vez que construída a várias mãos. Esse processo que agora se inicia referencia exatamente a diversidade e a complexidade cultural do país. É essa diversidade que fortalece o setor museológico, que busca nela a força criativa, necessária na estruturação da política cultural (BRASIL, 2003; p. 05).

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que diversos agentes contribuíram para o lançamento da Política Nacional de Museus e que o discurso proferido pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil apenas relaciona todas as vozes destes protagonistas. O primeiro texto com os eixos programáticos que seriam as bases da PNM foi colocado em apresentação pública nos dias 24 a 27 de março de 2003 e ocorreram diversas reuniões com a comunidade museológica. Ressalta-se também que o texto base foi disseminado por meio eletrônico a “diversas pessoas e entidades ligadas à Museologia para discussão, apreciação e sugestões” (BRASIL, 2003; P. 07). A partir de todo esse processo de discussões do governo com agentes do setor, foi acordado e definido o texto oficial que compõe a PNM, demonstrando assim a linha participativa adotada pelo governo neste processo.

O documento de criação da Política Nacional de Museus (PNM) é subdividido em 7 eixos programáticos que irão nortear os processos desenvolvidos a partir da nova abordagem política. Aqui se dá ênfase a estes eixos e suas especificações, explicitando os principais tópicos tomados pelo autor deste trabalho, dentro desses eixos presentes na publicação da PNM (BRASIL, 2003; p. 10 - 12). Lembra-se que a seleção só leva em conta o que é mais interessante para demonstrar os avanços democráticos na gestão da política de museus, não reduzindo ou excluindo os subtópicos não selecionados.

- **Eixo 1 - Gestão e configuração do campo museológico:** nesse eixo em específico, dá-se ênfase à implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus; o Cadastro Nacional de Museus, de extrema importância para o conhecimento e registro da quantidade de museus criados e existentes no país; promover a participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento de seus patrimônios culturais; estabelecimento de planos de carreira, concursos públicos específicos para suprir qualquer demanda. A partir desses tópicos selecionados, observa-se de imediato o grande salto acerca do setor museológico no Brasil e o plano idealizado para aquele momento, vigente até hoje.
- **Eixo 2 – Democratização e acesso aos bens culturais:** nesse eixo, dá-se ênfase ao apoio à criação de redes de informação entre os museus brasileiros a fim de promover e facilitar o acesso à informação entre as instituições museais, focando assim na democratização do conhecimento; criação de mecanismos referentes ao apoio à documentação, organização, conservação, restauração, informatização e disponibilização dos acervos museológicos; criação de programas para uma inserção maior do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea; apoio à publicação da produção intelectual e científica e a difusão da produção editorial específica dos museus e da Museologia; apoio às ações que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público. É nítida a importância à informação e difusão do conhecimento gerado dentro das especificações museais e do setor

museológico, colocando em xeque sempre a sociedade como importante papel para recebimento dessa informação.

- **Eixo 3 – Formação e capacitação de recursos humanos:** aqui, dá-se ênfase a criação e implementação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e museologia, ampliando a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, cursos técnicos, extensão, oficinas em diversas áreas do conhecimento museológico; inclusão nos currículos escolares de ensino fundamental e médio de conteúdos e disciplinas voltadas para a perspectiva do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais; criação de políticas de formação em educação museal e patrimonial visando não como metodologias específicas, mas como área de atuação; desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros para formação profissional. Pode-se ver, portanto, o caráter de ampliação da formação de profissionais qualificados para atuarem no cenário museológico e nas instituições museais e centros culturais por todo o Brasil, demonstrando a importância que o cenário proporcionou.
- **Eixo 4 - Informatização de Museus:** nesse tópico, observa-se a criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros; apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos; estímulos aos projetos de informatização e tecnologia digital desenvolvidos em parceria com instituições de ensino. Observa-se nesse eixo a importância de manter os espaços museais em constante transformações, mantendo assim como os demais tópicos mostram, a importância de divulgação da informação em amplo acesso, facilitando assim os processos que regem o cenário museológico brasileiro.
- **Eixo 5 – Modernização de infraestruturas museológicas:** aqui, observa-se o apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, climatização, segurança, acessibilidade aos imóveis que abrigam acervos museológicos; apoio aos projetos de modernização de exposição de longa duração e ao desenvolvimento de programas de exposições de curta duração e itinerantes; estímulo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da conservação, documentação e exposição; apoio aos projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratório de

conservação e restauração. Nota-se claramente a importância desse tópico, já que respalda para que os museus possam se manter, desenvolver novos espaços e ampliar seu acesso por meio de infraestrutura, focando inclusive na acessibilidade das pessoas com deficiência. O apoio de modernização das reservas técnicas mostra a importância de ter-se consultados profissionais da área acerca das necessidades dos diversos museus brasileiros. Como exemplo explicita a criação do edital de Modernização de Museus – inicialmente pelo DEMU e continuado pelo IBRAM.

- **Eixo 6 – Financiamento e fomento para museus:** já nesse tópico, vê-se a criação de um fundo de amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros; criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando a democratização e a distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado. De forma mais direta, parece ser um dos principais eixos da Política Nacional de Museus, já que amplia a perspectiva do financiamento público e privado aos museus brasileiros, assim como o espaço para se pensar medidas de apoio junto às instituições museais, perante a sociedade e seus projetos culturais. Dessa forma, permitindo e incentivando, também, a criação e divulgação de editais de financiamento público para os museus e espaços culturais com estes fins, no Brasil. São exemplos desses editais o de Modernização de Museus e Mais Museus.
- **Eixo 7 – Aquisição e gerenciamento de acervos culturais:** nesse último eixo, destaca-se a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional e de acervos de comunidades indígenas, afrodescendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira; estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais; apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais; apoio as ações e aos dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção legal dos bens culturais claramente vinculados à história e à memória social de caráter local ou

nacional. Nessa parte, observam-se políticas voltadas para a organização interna e criação de exposições com critérios rigorosos de segurança, assim como o cuidado com o tráfico de obras de arte.

Conclui-se acerca do documento que instaurou a Política Nacional de Museus, o grande salto do ponto de vista de salvaguarda, gestão, manutenção e ampliação da área museológica brasileira. Verifica-se, neste breve percurso histórico, um cenário anterior o qual a cultura era um instrumento de ideologia do Estado, posteriormente um espaço de resistência e questionamento ao próprio Estado e agora um instrumento social de caráter democrático<sup>2</sup> para a sociedade e com condições melhoradas para os profissionais do setor. A criação da Política Nacional de Museus é um dos principais marcos e mais importante no cenário cultural e museal brasileiro, sendo o principal avanço para o setor na jovem história democrática do país.

É graças a Política Nacional de Museus que a principal autarquia de gestão dos museus brasileiros é criada pela Lei nº 11.906/2009, o Instituto Brasileiro de Museus, que do ponto de vista comprobatório neste trabalho de conclusão de curso visa demonstrar os inúmeros avanços e melhorias que o cenário museológico no país alcançou ao longo de todos esses anos. Dessa forma, o próximo tópico do trabalho abordará este tema.

#### 2.4. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)

Como resultado de todo o processo de desenvolvimento e ampliação do setor museológico no Brasil, ao longo dos anos do governo Lula, em janeiro de 2009, as Leis nº 11.904, que cria o Estatuto de Museus, e, 11.906, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), são sancionadas e passam a vigorar.

O IBRAM torna-se uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura com “autonomia financeira e administrativa” (SILVA, 2015, p. 70), no objetivo de criar e ampliar as políticas públicas ao setor museológico assim como gerir, preservar e resguardar o grande acervo museológico brasileiro. Assim que o IBRAM é criado, o DEMU no âmbito do IPHAN é extinto e passa a ser responsabilidade da nova autarquia a gestão de 28 unidades museológicas, sendo essas: Museu Casa

---

<sup>2</sup> Vale destacar enquanto exemplo deste processo democrático os próprios editais públicos para seleção de diretores e diretoras dos museus do IBRAM por critérios técnicos e não políticos.

Benjamin Constant; Museu Histórico de Alcântara; Museu Casa da Princesa; Museu da Abolição; Museu da Inconfidência; Museu da República; Museu das Bandeiras; Museu das Missões; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu de Biologia Prof. Mello Leitão; Museu do Diamante; Museu do Ouro/Casa de Borba Gato; Museu Forte Defensor Perpétuo; Museu Imperial; Museu Lasar Segall; Museu Nacional de Belas Artes; Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya; Museu Regional Casa dos Ottoni; Museu Regional de Caeté; Museu Regional de São João Del Rey; Museu solar Monjardin; Museu Victor Meirelles; Museu Villa-Lobos; Museu Casa da Hera; Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio; Museu de Arte Sacra de Paraty; Museu Histórico Nacional e o Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Mesmo com a criação do IBRAM, 4 unidades especiais permaneceram associadas ao IPHAN, sendo elas: Centro Nacional de Arqueologia; Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx; Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular; Centro Cultural Passo Imperial. (SILVA, 2015, p. 70)

Abordando diretamente o documento Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009, nota-se, já no início, o intuito da instauração de tal autarquia destacando o seguinte texto:

Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. (BRASIL, 2009)

Sem aprofundar tanto ainda no corpo legal do documento, observa-se já nitidamente o salto e o investimento no setor cultural brasileiro. Apenas com a criação do IBRAM, abrem-se 435 cargos efetivos na área da cultura. O intuito deste trabalho é justamente demonstrar em comparativo e de forma metodológica, os pontos positivos acerca da instituição das duas autarquias federais gestoras.

Para fins de definição, logo no inciso 1 do Art. 2º vê-se quais requisitos as instituições precisam ter para serem resguardadas por essa lei:

I – as instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de

novas oportunidades de lazer, tendo ainda as seguintes características básicas:

- a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais;
  - b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural;
  - c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social;
  - d) o compromisso com a gestão democrática e participativa.
- (BRASIL, 2009; art. 1)

Observa-se aqui a ampliação do conceito e noção das unidades museológicas, já que leva em consideração o fator principal, além de associado à cultura, os espaços “colocados a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (BRASIL, 2009), objetivando sempre a presença de público para além do corpo ideológico estatal.

Ao se analisar o Art. 3º do documento, observam-se as finalidades as quais o órgão governamental deverá seguir, citando uma série de ações e incentivos para melhorias do setor:

- I – promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;
- II – estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;
- III – incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;
- IV – estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas;
- V – promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;
- VI – contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;
- VII – promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;
- VIII – desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;
- IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado. (BRASIL, 2009; art. 3)

Dentre os incisos citados, destacam-se o I que deixa claro a necessidade de criação de políticas públicas nos anos subseqüentes, mesmo não sendo tão específico acerca deste processo, o II que aborda diretamente acerca do estímulo e adesão das diversas instituições museais e centros culturais ao sistema de gestão a ser desenvolvido pelo IBRAM, inciso IV que de forma bastante positiva demonstra o incentivo à criação de novas instituições museológicas, assim como o fortalecimento das já existentes e, por fim, o VII, referenciando ao apoio sempre da qualificação eficiente do corpo profissional dos espaços museológicos e culturais.

Abordando as competências do IBRAM citadas no Art. 4º, tem-se o total de 17 e são elas:

- I – propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;
- II – estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento;
- III – fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;
- IV – promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;
- V – desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;
- VI – estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;
- VII – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;
- VIII – promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas;
- IX – implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;
- X – promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;
- XI – propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;
- XII – propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais musealizados, bem como se pronunciar acerca de

requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;

XIII – desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;

XIV – estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;

XV – coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;

XVI – promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores;

XVII – exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico. (BRASIL, 2009; art. 4)

É interessante notar, em análise a essa seleção, os incisos: II - especificando sobre a necessidade de criação e circulação de normas específicas para subsidiar a atividade do setor de forma eficiente e profissional, tomando o IBRAM como aparelho normativo e de referência brasileiro para a situação dos museus, V - legitimando a necessidade de criação de projetos de financiamento para as instituições museais e centros culturais, VII - abordando de forma mais clara a importância das atividades educativas referentes aos museus, afirmando assim sua função social perante o público visitante, IX - sobre a importância de manutenção do Cadastro Nacional de Museus, outra medida importante ao se tratar da Política Nacional de Museus, XI - resguardando pela segurança e salvaguarda eficiente ou dentro das possibilidades dos acervos museológicos sempre mantendo sua integridade e, por fim, o XV - demonstrando o poder gestor do IBRAM, ao definir que cabe a ele a coordenação do Sistema Brasileiro de Museus, fixando diretrizes e supervisão técnica de qualidade.

Ao se tratar da estruturação base do IBRAM, criam-se os departamentos, procuradoria federal e auditoria delimitando que o órgão será gerido por um presidente, três diretores, possuindo um conselho consultivo. Dentro desse cenário, ao tomar sua trajetória de 11 anos, o IBRAM teve ao todo 8 presidentes<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> José do Nascimento Junior; Eneida Braga Rocha de Lemos - substituta; Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; Carlos Roberto Ferreira Brandão; Marcelo Mattos Araújo; Eneida Braga Rocha de Lemos – substituta; Paulo César Brasil do Amaral; Pedro Machado Mastrobuono.

Do ponto de vista político, enquanto vigente o governo do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>4</sup>, de 2003 a 2011, com o governo Lula e, 2011 a 2016, com o governo Dilma, o órgão funcionou de forma eficiente e de acordo com sua real importância para o setor cultural e museal brasileiro. Todavia, após o *impeachment* sofrido em 2016, pela então presidente do Brasil Dilma Rouseff, o espaço institucional do IBRAM percorreu caminhos obscuros e de grandes ataques à sua autonomia, tal como em todo o setor cultural.

Em medidas totalmente autoritárias do governo posterior de Michel Temer, é lançada a Medida Provisória nº 850 de 10 de setembro de 2018, que em seu corpo legal tinha o intuito de instituir a Agência Brasileira de Museus (ABRAM) e a extinção do então Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O ataque direto à autonomia política e resguardo legal aos museus brasileiros não chegou a se concretizar devido à rejeição da apreciação preliminar da MP a partir de forte mobilização do setor museológico junto a deputados alinhados com as pautas democráticas e do setor cultural. Assim como a própria mobilização do IBRAM por meio de seus servidores em audiências públicas na câmara com a presença de agentes da museologia como o Professor vinculado à UNIRIO Ivan Coelho de Sá, a Professora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e conselho consultivo do patrimônio museológico do IBRAM, Maria Célia Santos dentre tantos outros atores e protagonistas do meio museológico brasileiro.

Assim, com toda a mobilização e repercussão, foi divulgado o Ato de 13 de fevereiro de 2019 rejeitando a proposta de criação da Agência Brasileira de Museus e extinção do Instituto Brasileiro de Museus:

O Presidente da Câmara dos Deputados faz saber que, em sessão realizada no dia 12 de fevereiro de 2019, o Plenário da Casa rejeitou, em apreciação preliminar, o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 850, de 10 de setembro de 2018, que "Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências" e determinou o seu arquivamento, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN. DEPUTADO RODRIGO MAIA (BRASIL, 2019).

---

<sup>4</sup> O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. O grupo responsável pela sua articulação era composto por diversos militantes de oposição à Ditadura Militar e vinculados aos movimentos sindicais da região do ABC em São Paulo. Todo esse processo só foi possível a partir das greves lideradas por Luiz Inácio Lula da Silva no final da década de 1970, permitindo a reorganização e fortalecimento do movimento trabalhista.

Dentro do decreto que pretendia instituir a Agência, destaca-se logo no Art. 1º o texto que a especifica:

Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com a finalidade de gerir instituições museológicas e seus acervos e promover o desenvolvimento do setor cultural e museal. (BRASIL, 2018; art. 1)

Destaca-se aqui a parte do “serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos (...)”, característica muito comum das Organizações Sociais (OS) utilizadas no Estado de São Paulo. Logo no início da medida provisória, nota-se nitidamente o caráter privatista pensado pelo governo de Michel Temer. Este caráter, obviamente delimita um estilo político voltado à iniciativa privada, mas, ao mesmo tempo, demonstra um descaso com a cultura, como se ela não possuísse importância ou fosse um gasto desnecessário para o governo. É interessante notar isso, pois na trajetória até então traçada, observa-se que em cada período a cultura foi vista de um ponto diferente recebendo mais ou menos investimentos.

Retomando desde a época de Vargas<sup>5</sup>, que possuía um caráter ideológico de afirmação de um projeto de identidade nacional, passando pelo período militar, o qual entendeu a cultura como um espaço desnecessário do ponto de vista geral e que a sociedade a tornou forma de resistência às atrocidades do Estado, aos anos mais benéficos em que a cultura e os museus são tidos como espaço de legitimação social e democrático nos governos do PT e, atualmente, a um cenário mais sombrio e triste que retira a cultura de seus espaço de destaque e importância.

---

<sup>5</sup> Vale destacar brevemente que o período descrito do governo Vargas perpassa alguns momentos distintos e fases com propostas diferentes. Primeiro tem-se o Governo Provisório para consolidação da Revolução de 30, dando fim assim à política de Café com Leite entre Minas Gerais e São Paulo. Neste momento era pensada a promulgação de uma nova Constituição Federal. Este período também foi marcado pelo processo de imposição de uma agenda centralizadora, extinguindo o próprio Congresso Nacional e as assembleias estaduais. Dessa forma, deu-se início o Governo Constitucional que foi permeado por ações que propunham desenvolver um Estado autoritário utilizando o discurso da “ameaça comunista”. Assim, Vargas divulga o Plano Cohen com apoio dos militares, cancelando a eleição presidencial de 1938, dando início então ao Estado Novo. A partir deste momento há todo um processo de autoritarismo, usando da cultura como uma proposta e um plano de governo de construção da identidade nacional. Após todo o cenário percorrido e gestão do governo, as relações de Vargas com o próprio exército já estavam desgastadas, fazendo com que em 1945 ele deixasse o poder. Após ser deposto, Vargas iria se relacionar com grupos trabalhistas e fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), utilizando do momento posterior para desvincular sua imagem de governo autoritário e ditador. A partir de todo o processo histórico ocorrido, em 1950 Vargas vence a disputa para presidente e assume o poder de forma democrática, passando por todo o cenário que culminaria em seu suicídio no dia 24 de agosto de 1954.

Todavia, não é o intuito deste trabalho analisar esse discurso entre todos os períodos em que o Brasil passou por propostas de gestões dicotômicas, mas cabe observar tal proposição já que ele permite avaliar a importância e a forte presença das políticas públicas na área da cultura e dos museus, demonstrando assim que não é algo fácil de ser descartado e que possui sim seu espaço de legitimação e resistência, que permite a passagem do tempo e a constante luta de um dos principais setores mais atacados ao longo dos anos.

### 3. METODOLOGIA PARA PESQUISA

Ao se propor o trabalho de conclusão de curso aqui apresentado, foi-se pensado como o setor museológico havia se desenvolvido com o passar dos anos e como, em cada momento político, o Brasil lidou com as questões envolvendo cultura e museus. Dessa forma, pensou-se em analisar do ponto de vista metodológico os relatórios de gestão das duas grandes autarquias responsáveis pela gestão dos museus públicos federais brasileiros.

A proposta entende que, a partir dos documentos disponibilizados nos portais digitais das duas instituições (IPHAN e IBRAM), analisa-se o valor financeiro empenhado da receita dos dois órgãos públicos, fazendo uma análise qualitativa em relação a verba disponível apenas para o funcionamento das instituições museais. Assim, analisa-se a gestão de cada órgão em seu respectivo cenário, demonstrando a importância e o ganho ao se criar um aparato cuja a única função fosse gerir os museus brasileiros.

Por transparência e disponibilidade na própria página de ambas instituições na *internet*, optou-se neste estudo em analisar os relatórios de gestão do ano 2000 a 2020, levando em consideração que são 21 anos de trajetória do programa “Museu, Memória e Cidadania”, anteriormente vinculado ao IPHAN e, posteriormente, transferido para o IBRAM. Dessa forma, foi possível destacar cenários importantes por meio de acontecimentos significativos para o setor.

Assim sendo, a partir dos Relatórios de Gestão selecionados, foi-se analisado e tomado como referência de valor em Reais, os campos de Valores Empenhados, já que estes especificam as ordens de pagamento dos órgãos governamentais, simbolizando assim o gasto real dos programas. Vale ressaltar que se deve considerar como ponto crítico, a valorização e desvalorização da moeda brasileira neste longo período de trajetória. Neste trabalho, entretanto, não se desenvolveu uma análise detalhada deste fator. Todavia, em comparativos gerais de um ano para o outro, a pesquisa atingiu a proposta levantada com a apresentação do cenário.

A partir dos dados selecionados, optou-se em destacar, além do valor empenhado total do programa Museu, Memória e Cidadania, a verba interna apenas para o funcionamento dos museus vinculados ao IPHAN e depois ao IBRAM, ou seja, questões gerais do dia a dia de cada instituição museal. A opção deste setor dentro do programa foi justamente selecionar nos orçamentos disponíveis, o que

corresponde ao repasse para a parte que gere especificamente as condições dos espaços museais. Por conta de tal seleção, foi-se possível analisar graficamente, como será visto no próximo tópico, as relações entre ambos valores.

O critério de seleção levou em consideração a importância do programa Museu, Memória e Cidadania, já que este foi pensado e criado no corpo do IPHAN para gestão dos museus vinculados ao órgão. Este Programa, juntamente com o programa Brasil e Patrimônio Cultural, compunha uma das principais frentes de gestão e distribuição de recursos do órgão até o ano de 2009 em que se cria o IBRAM.

Anteriormente chamado de Museu, Memória e Futuro, o Programa geria e desenvolvia diversas atividades fins dentro da instituição IPHAN para os museus. Dentre essas atividades que foram continuadas com o passar dos anos, a principal como critério de análise e comparação neste trabalho foi a de Funcionamento de Museus, que é responsável pelo pagamento de despesas continuadas nas instituições museais como luz, telefone, segurança, limpeza, entre outros fatores que condicionam para o funcionamento dos Museus. Assim, ao longo de 21 anos, comparou-se os relatórios de gestão buscando sempre os valores referentes a estes dados.

Em suma, a metodologia utilizada foi a decisão de quais valores consultar, a seleção de cada um desses valores dentro dos relatórios de gestão anuais e a criação de quatro tabelas: a primeira referente do valor total do programa Museu, Memória e Cidadania, a segunda referente a relação entre o Programa e o valor empenhado para o Funcionamento de Museus, a terceira analisando o percentual de acréscimo e decréscimo de um ano para o outro e a quarta analisando a média de valores empenhados em cada governo no Brasil ao longo de 21 anos. A partir destes conjuntos de dados, foram feitos 6 gráficos para análises mais detalhadas, que serão apresentados adiante.

#### 4. RESULTADOS

A partir deste tópico se passa a analisar os dados gráficos e estatísticos que demonstram os resultados acerca da pesquisa aqui desenvolvida. Ressalta-se que no primeiro momento, desenvolveu-se uma tabela detalhada acerca dos valores empenhados presentes nos quadros orçamentários dos Relatórios de Gestão, tanto do IPHAN quanto do IBRAM, dos anos de 2000 a 2020, disponíveis dentro da página da *web*<sup>6</sup> das duas autarquias e de fácil acesso.

No primeiro momento de análise, foi desenvolvida a Tabela 1, que apresenta a relação anual dos valores empenhados totais presentes nos relatórios. Portanto, estima-se que esses valores selecionados são o total gasto pelas duas autarquias no programa Museu, Memória e Cidadania. Vale ressaltar que até o ano de 2009, este programa era vinculado ao IPHAN e, portanto, fazia parte de apenas uma frente do órgão responsável pela regulamentação, gestão e preservação do patrimônio cultural e edificado brasileiro.

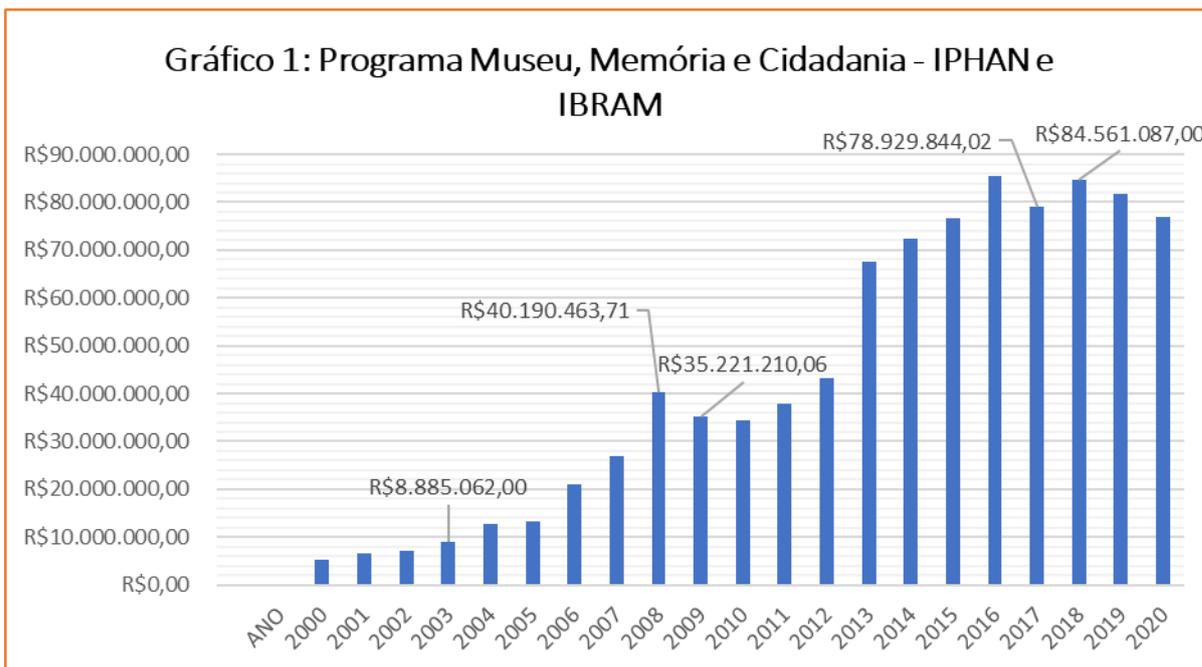
---

<sup>6</sup> Relatórios de Gestão IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/942>  
Relatórios de gestão IBRAM: <https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/processo-anual-de-contas/>

<b>Tabela 1: Empenho Museu, Memória e Cidadania - IPHAN e IBRAM</b>	
<b>ANO</b>	<b>EMPENHADO</b>
<b>2000</b>	R\$5.328.442,36
<b>2001</b>	R\$6.667.072,93
<b>2002</b>	R\$7.045.022,37
<b>2003</b>	R\$8.885.062,00
<b>2004</b>	R\$12.846.938,96
<b>2005</b>	R\$13.156.706,37
<b>2006</b>	R\$21.032.849,57
<b>2007</b>	R\$26.908.389,89
<b>2008</b>	R\$40.190.463,71
<b>2009</b>	R\$35.221.210,06
<b>2010</b>	R\$34.454.929,93
<b>2011</b>	R\$37.788.371,59
<b>2012</b>	R\$43.276.118,00
<b>2013</b>	R\$67.612.366,49
<b>2014</b>	R\$72.467.436,82
<b>2015</b>	R\$76.648.350,02
<b>2016</b>	R\$85.546.235,42
<b>2017</b>	R\$78.929.844,02
<b>2018</b>	R\$84.561.087,00
<b>2019</b>	R\$81.594.330,00
<b>2020</b>	R\$76.951.499,00

**Tabela 1:** Valor Total Empenhado do Programa Museu, Memória e Cidadania  
**Fonte:** elaboração própria

Analisando a Tabela 1, é possível notar a contagem ao longo dos 21 anos e o valor correspondente que foi empenhado até o fim daquele ano. A partir desta tabela, foi possível criar os Gráficos 1 e 2, que seguirão adiante, detalhando melhor esse demonstrativo.



**Gráfico 1:** Análise do Programa Museu, Memória e Cidadania – IPHAN e IBRAM  
**Fonte:** elaboração própria

A partir do Gráfico 1, é possível notar que há uma certa tendência crescente de investimento financeiro no passar dos anos, com exceções dos anos de 2009, 2010, 2017, 2019 e 2020. De forma simples fica demonstrado em relação aos milhões de reais, o valor empenhado relatado pelas autarquias ao fim de seu ano de atividade do programa Museu, Memória e Cidadania.

A fim de analisar valores específicos, foram escolhidos os anos de 2003, 2008, 2009, 2017 e 2018. Essa seleção foi feita pois destaca anos que foram importantes do ponto de vista de funcionamento das autarquias vigentes. O ano de 2003 foi marcado pela Política Nacional de Museus, que como já discutido em outro momento deste trabalho, exemplifica os enormes ganhos para o setor museológico e cultural no Brasil. Dessa forma, se fizer um comparativo do ano de 2002 em relação ao de 2003, vê-se uma diferença de R\$1.840.039,63, isso equivale a aproximadamente 20,71% de acréscimo de um ano para o outro.

Analisando agora o ano posterior a 2003, nota-se a diferença de R\$3.961.876,96 que corresponde a aproximadamente 30,84% de acréscimo de 2003 para 2004. Assim, pode-se concluir que houve um aumento significativo dos valores disponibilizados para funcionamento da autarquia IPHAN e, conseqüentemente, para o programa Museu, Memória e Cidadania.

Adiante, analisam-se os dados do ano de 2008 em paralelo ao ano de 2009, já que este antecedeu os grandes acontecimentos para o setor museal. Dessa forma, comparando-se o ano de 2008 com o anterior, tem-se a diferença de R\$13.282.073,82 que corresponde a aproximadamente 33,05% de acréscimo de 2007 para 2008. Novamente, conclui-se um aumento bem notório em relação aos anos.

Analisando agora o ano posterior a 2008, chega-se no ano de maior importância para o setor museológico brasileiro. O ano de 2009 foi marcado pela criação do IBRAM e transferência do programa Museu, Memória e Cidadania para essa nova autarquia. Também foi nesse ano que se criou o Estatuto de Museus (antes de prosseguir para a análise, vale ressaltar que no intuito de seguir uma lógica precisa, tomou-se em consideração apenas o relatório de gestão do IBRAM do ano de 2009, já que o programa migrou, a partir do início de maio daquele mesmo ano. Portanto, isso justificaria um valor menor se comparado ao anterior).

Fazendo um comparativo do ano de 2008 com o ano de 2009, observa-se uma diferença de R\$4.969.253,65 e isso equivale a aproximadamente 12,36% de decréscimo se comparado ao ano de 2009. Talvez, essa queda seja justificada pela mudança de gestão e por não ser considerado o relatório do IPHAN, como já explicado anteriormente. Entretanto, esse valor não justifica a tendência de decréscimo observada no ano seguinte (2010), já que se observa uma diferença de R\$776.280,13 que equivale a aproximadamente 2,17% de decréscimo do ano de 2009 para o ano de 2010. Todavia, no ano posterior, a tendência do gráfico volta a aumentar.

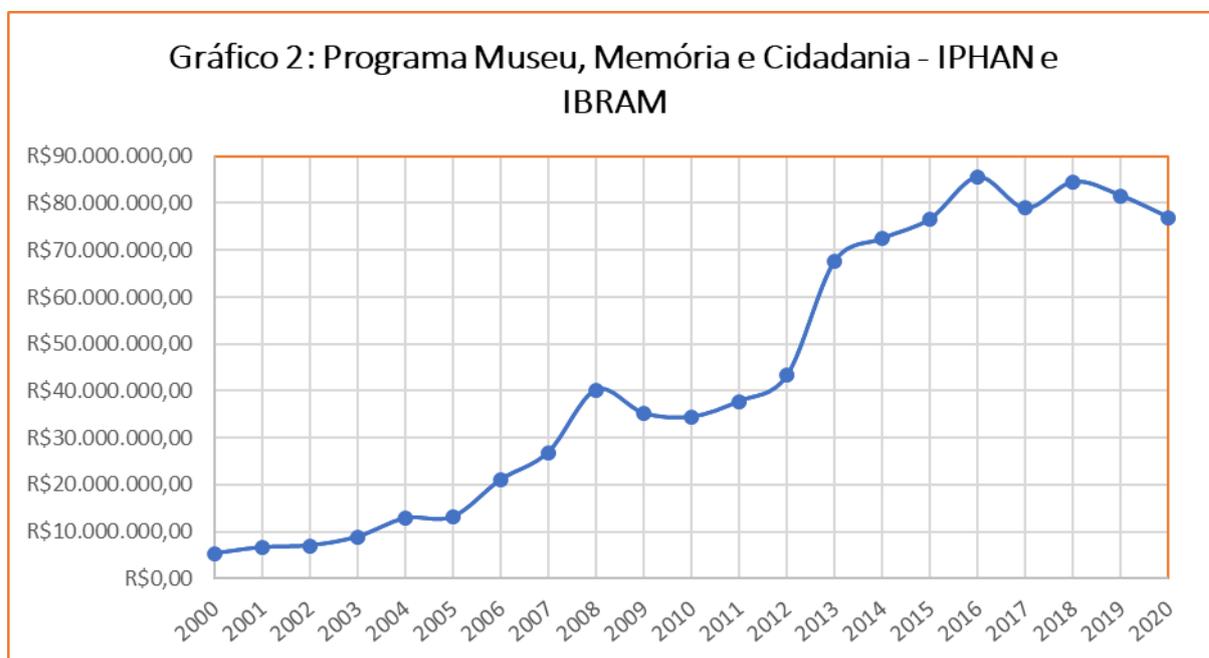
Neste momento, analisa-se o ano de 2017 em relação ao ano de 2016. Essa seleção foi feita, pois o ano de 2016 é marcado pelo *impeachment* do então vice-presidente Michel Temer à presidente Dilma Rousseff. A justificativa aqui é perceber um dos inúmeros impactos negativos decorrentes deste fato. Assim sendo, observa-se a diferença de R\$6.616.391,40 e isso equivale a aproximadamente 7,73% de decréscimo se comparado 2016 com o ano de 2017.

Agora, analisam-se o ano de 2017 com o ano de 2018. Essa seleção foi escolhida devido ao ano de 2018 ter sido marcado pelas eleições da corrida presidencial e o início do processo de extinção do IBRAM e criação da ABRAM, como já discutido em outro ponto deste trabalho. Tais eventos justificam por si só o

critério de seleção aqui apresentado. Dessa forma, observa-se a diferença de R\$5.631.242,98 que equivale a aproximadamente 6,66% de acréscimo se comparado o ano de 2017 ao ano de 2018.

Entretanto, como citado acima, logo no ano seguinte (2019), observa-se uma diferença de R\$2.966.757,00 que equivale a aproximadamente 3,51% de decréscimo se comprado com o ano de 2018 e, infelizmente, a tendência observada no gráfico tende a seguir a mesma lógica apresentada para os anos seguintes.

O Gráfico 2 demonstra de forma mais simples e complementar a tendência e análise que foi percorrida no Gráfico 1.



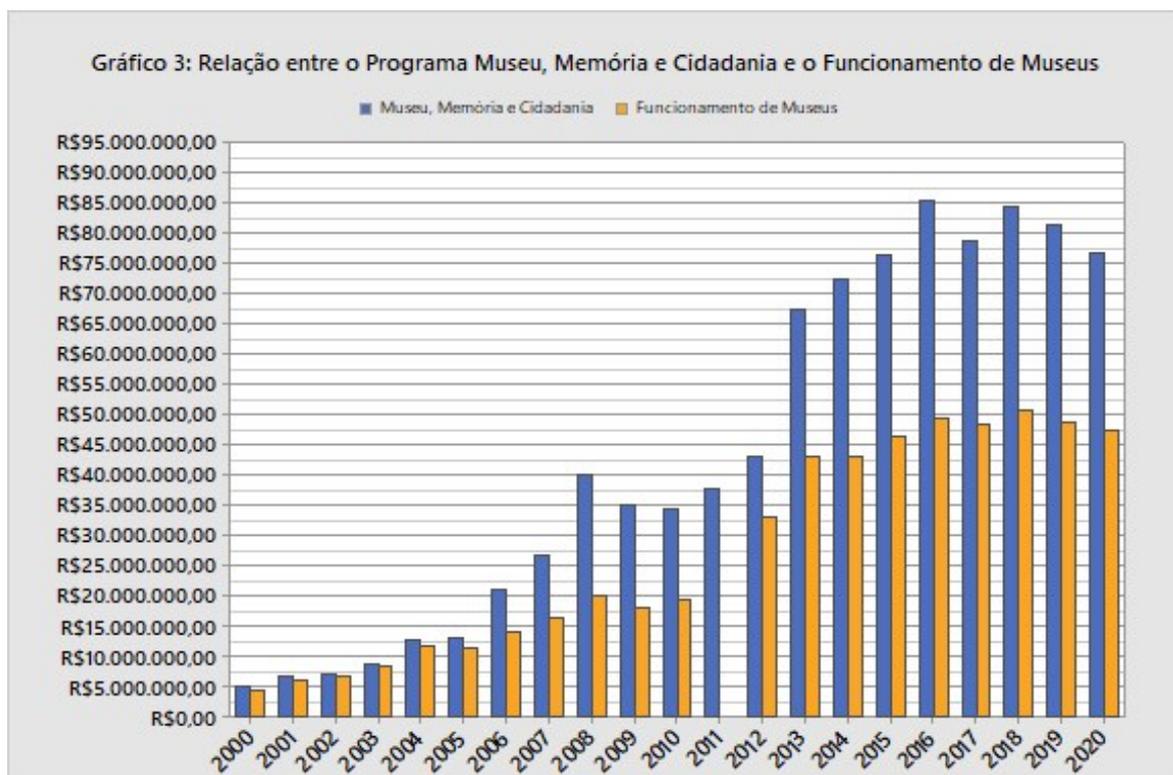
**Gráfico 2:** Programa Museu, Memória e Cidadania – IPHAN e IBRAM  
**Fonte:** elaboração própria

A partir da necessidade de aprofundamento da pesquisa, optou-se em considerar como valores comparativos os dados relacionados à principal frente dentro do programa Museu, Memória e Cidadania, que é o de Funcionamento de Museus. Essa seleção foi feita, pois o empenho e esforço deste trabalho é saber quanto de recurso financeiro é necessário para o “dia a dia” de uma instituição museal. Levando em consideração os valores macro, já que são valores repassados anualmente para cada museu, foi possível desenvolver algumas análises interessantes que serão discorridas a partir da Tabela 2.

<b>Tabela 2: Relação Programa X Funcionamento</b>			
<b>Museu, Memória e Cidadania</b>		<b>Funcionamento de Museus</b>	
<b>ANO</b>	<b>EMPENHADO</b>	<b>ANO</b>	<b>EMPENHADO</b>
2000	R\$5.328.442,36	2000	R\$4.418.649,72
2001	R\$6.667.072,93	2001	R\$6.267.104,59
2002	R\$7.045.022,37	2002	R\$6.667.535,33
2003	R\$8.885.062,00	2003	R\$8.536.013,00
2004	R\$12.846.938,96	2004	R\$11.681.627,79
2005	R\$13.156.706,37	2005	R\$11.605.256,49
2006	R\$21.032.849,57	2006	R\$14.302.516,83
2007	R\$26.908.389,89	2007	R\$16.559.214,00
2008	R\$40.190.463,71	2008	R\$20.121.797,58
2009	R\$35.221.210,06	2009	R\$18.122.304,48
2010	R\$34.454.929,93	2010	R\$19.451.303,00
2011	R\$37.788.371,59	2011	não encontrado
2012	R\$43.276.118,00	2012	R\$33.111.354,00
2013	R\$67.612.366,49	2013	R\$43.133.803,77
2014	R\$72.467.436,82	2014	R\$43.209.216,73
2015	R\$76.648.350,02	2015	R\$46.637.042,13
2016	R\$85.546.235,42	2016	R\$49.371.831,83
2017	R\$78.929.844,02	2017	R\$48.429.205,54
2018	R\$84.561.087,00	2018	R\$50.935.920,00
2019	R\$81.594.330,00	2019	R\$48.882.254,00
2020	R\$76.951.499,00	2020	R\$47.493.843,00

**Tabela 2:** Comparativo Programa Museu Memória e Cidadania x Funcionamento de museus  
**Fonte:** elaboração própria

A Tabela 2 é um comparativo da Tabela 1 com a coluna de Funcionamento de Museus da União, frente que como já explicada, refere-se à quantidade de gastos do órgão público com os museus vinculados anteriormente ao IPHAN, posteriormente ao IBRAM, assim como demais espaços culturais. Vale ressaltar que na tabela de Funcionamento de Museus, dentro do relatório do ano de 2011, não foi possível encontrar o valor empenhado, dessa forma, optou-se por descartá-lo já que é apenas um valor inconclusivo dentre todos os demais, não prejudicando assim a qualidade da pesquisa. A partir da Tabela 2, foi-se possível chegar na análise do Gráfico 3 que demonstra a relação do programa Museu, Memória e Cidadania e o Funcionamento de Museus.



**Gráfico 3:** Relação do programa Museu, Memória e Cidadania e o Funcionamento de Museus  
**Fonte:** elaboração própria

Observando o gráfico acima, é possível verificar alguns destaques. A coluna em azul representa o valor total do programa Museu, Memória e Cidadania e a coluna alaranjada demonstra o valor total do Funcionamento de Museus. Observe, dessa forma, que nos anos iniciais (2000 a 2005), os valores do programa Museu, Memória e Cidadania eram praticamente inteiros destinados ao Funcionamento de Museus. Em termos exatos de acordo com a Tabela 2, no ano de 2000, por exemplo, 82,92% do valor total do Programa foi destinado para o Funcionamento de Museus, sobrando apenas 17,08% para demais fins.

Outro exemplo que pode ser citado é o do ano seguinte (2001), o qual 94% do valor total do programa Museu, Memória e Cidadania foi gasto apenas com o Funcionamento de Museus. Percebe-se ao analisar o Gráfico 3 e a Tabela 2, que apenas a partir do ano de 2005, há uma grande diferença do valor total do Programa em relação ao uso para o Funcionamento de Museus, cerca de 50% do valor total. Talvez seja possível concluir que a estrutura administrativa se tornou mais complexa

e, no caso anterior do surgimento do IBRAM (2009), o programa Museu, Memória e Cidadania era apenas mais um programa dentro da estrutura do IPHAN e que, apenas em 2003 foi criado o Departamento de Museus e Centros Culturais, dentro da autarquia.

A partir desta observação, já se pode iniciar a discussão acerca da importância de se ter criado o IBRAM anos depois, já que como demonstrado no Gráfico 3, observa-se que a partir de 2010, grande parte do valor total empenhado no ano pelo IBRAM passa a não ser apenas para o Funcionamento de Museus e sim, para o programa Museu, Memória e Cidadania, sendo cerca de 56,45% para o primeiro fim e 43,55% para o segundo (quase metade do valor total).

Nota-se ainda, e de forma clara, que grande parte da verba é destinada aos museus e, como são valores empenhados, conclui-se que estes foram gastos pelas instituições museais.

É importante essa análise, pois anteriormente, na gestão do IPHAN, a verba disponível era praticamente fixa para aquele programa. Assim sendo, sem levar em consideração a valorização e desvalorização da moeda nos períodos, pode-se justificar o baixíssimo uso de recursos do programa Museu, Memória e Cidadania nos anos anteriores à criação do próprio DEMU-IPHAN no ano de 2003 e todas as políticas públicas para o setor iniciadas neste momento e, como consequência principal, a criação e transferência do programa para o Instituto Brasileiro de Museus em 2009.

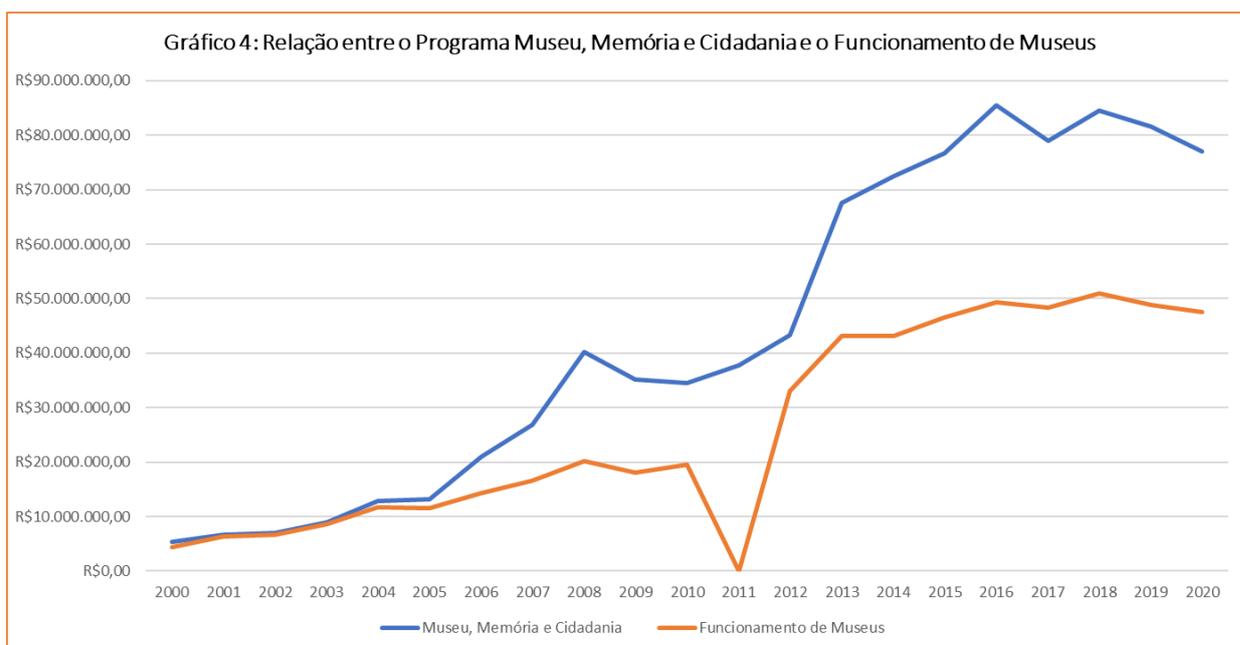
De exemplo, pode-se recolher os dados de 2014, o qual aproximadamente 60% do valor total do programa foi utilizado apenas para o Funcionamento de Museus, restando assim outros 40% que foram destinados as ações como editais, eventos, entre outros. E que, se comparado ainda ao ano de 2001, por exemplo, nota-se uma grande diferença, que justificaria que com a criação do IBRAM, mais recurso era necessário para o setor já que se cria uma autarquia nova no Estado e, portanto, maior visibilidade e recebimento de mais recursos financeiros.

Ainda em análise ao Gráfico 3, pode-se observar também que a coluna laranja equivale a manter um valor quase que padrão para o Funcionamento de Museus ao longo dos anos. Tirando o ano de 2011 que não foi encontrado o valor e os anos iniciais, o restante (a partir de 2012) segue um teto máximo aproximado de

gastos que talvez seja justificado pela quantidade fixa de museus vinculados ao IBRAM.

Analisando ainda o Gráfico 3, pode-se observar que, a partir de 2008 e com exceção de 2012, o contraste entre a verba total do programa Museu, Memória e Cidadania e o de Funcionamento de Museus é notório, chegando na casa dos R\$36.174.403,59 de diferença no ano de 2016, por exemplo. Esse valor fica bem nítido graficamente ao se comparar o valor empenhado do Programa e do Funcionamento de Museus no gráfico acima.

Assim como feito anteriormente para o Gráfico 1, abaixo segue-se o Gráfico 4 que demonstra de forma mais linear o que foi discutido e analisado a partir do Gráfico 3.



**Gráfico 4:** Relação entre o programa Museu, Memória e Cidadania e o Funcionamento de Museus  
**Fonte:** elaboração própria

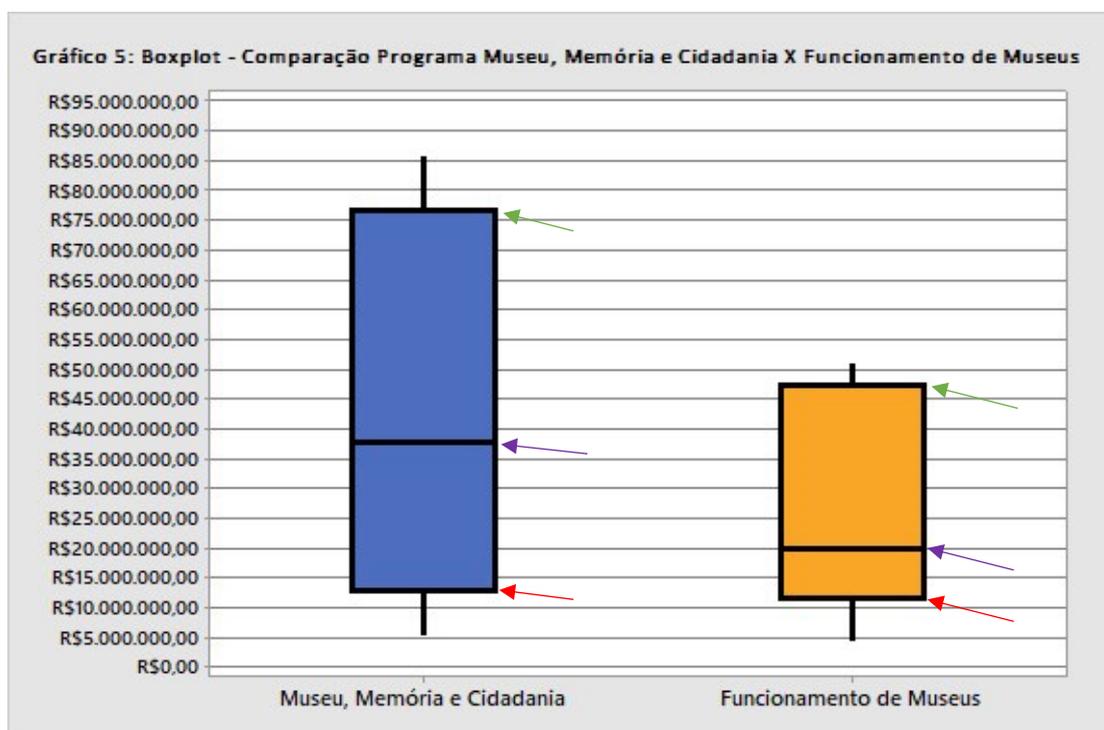
Como se pode observar, até o ano de 2005, o valor do Programa praticamente se equivale ao valor de Funcionamento de Museus, tendo um grande salto a partir do ano de 2008, mas que fica ainda mais nítido a partir de 2013. Relembrando que não foi possível encontrar o valor do ano de 2011, no que tange o Funcionamento dos Museus.

A partir deste gráfico comparativo, pode-se concluir também que o teto máximo de gasto das autarquias e para os museus nunca ultrapassou a marca de

90 milhões de reais que, perante aos gastos totais do Governo Nacional, equivale a praticamente nada, infelizmente. Dessa forma, conclui-se que de fato o setor cultural tende a ser pouco valorizado do ponto de vista orçamentário, até mesmo em governos que incentivam este setor. Essa separação de gastos anualmente e uma análise mais precisa serão desenvolvidas adiante neste trabalho.

A partir de agora, entra-se nas análises levantadas pelo Gráfico 5 desenvolvido a partir da Tabela 2. Este gráfico é conhecido como *Bloxpot* ou, Gráfico de Caixas. Sua proposta neste trabalho é analisar a porcentagem de gastos em conjunto de anos.

O Gráfico 5 foi feito com a ajuda do *software Minitab®* e funciona da seguinte forma: há duas caixas, uma que representa o Programa Museu, Memória e Cidadania e a outra, que representa o Funcionamento de Museus. Essas caixas, separadamente, são divididas em quartis (4 partes iguais), sendo que cada uma das três linhas do bloco, equivalem a um valor que divide o seu conjunto de dados. Dessa forma, a linha que corta a caixa, sempre será a metade desses valores, ou seja, 50% (2/4). Ressalta-se também que este gráfico sempre é analisado para abaixo das linhas.



**Gráfico 5:** Comparação do programa Museu, Memória e Cidadania x Funcionamento de Museus  
**Fonte:** elaboração própria

A partir do conceito geral apresentado sobre o Gráfico 5, entram-se nos detalhes que permitiram a análise aqui levantada. Da seta de cor vermelha para baixo, representa os primeiros 25% (1/4) do gráfico. Da seta roxa até a seta vermelha, encontram-se mais outros 25%, totalizando 50% (2/4). Da seta verde até a roxa, encontram-se mais 25%, totalizando 75% (3/4) e, da seta verde para cima, os últimos 1/4 do gráfico, totalizando 100%. Com isso, é possível perceber que no caso do Programa Museu, Memória e Cidadania em 1/4 dos anos o Programa gastou menos de R\$15.000.000,00. Em 2/4 dos anos, foram gastos menos de R\$40.000.000,00, ou seja, de 2000 a 2010 o teto de gastos não ultrapassou este valor. Entretanto, o interessante de se notar é que, somente em 1/4 (acima de 75%) dos anos gastou-se um valor total acima de R\$75.000.000,00.

Dessa forma, observa-se o que já foi iniciado em discussões anteriores, que o aumento e a possibilidade de gastos só foi possível a partir do momento em que o IBRAM foi criado e começou a se estruturar, no caso, a partir do ano de 2010, o qual os valores começaram a subir. De forma mais clara, ao observar os dois traços na vertical do bloco azul, nota-se que o menor valor gasto neste recorte de 21 anos, foi de aproximadamente R\$5.000.000,00 (ano 2000) e, o valor máximo foi pouco maior que R\$85.000.000,00 (ano de 2016). Claro que se deve levar em consideração fatores que permeiam o espaço da moeda brasileira (como desvalorização, valorização e inflação, por exemplo), mas é nítido o salto dado a partir do momento em que se pensa em uma autarquia própria para gestão dos espaços museais e que pode ser facilmente observada a partir da análise aqui apresentada.

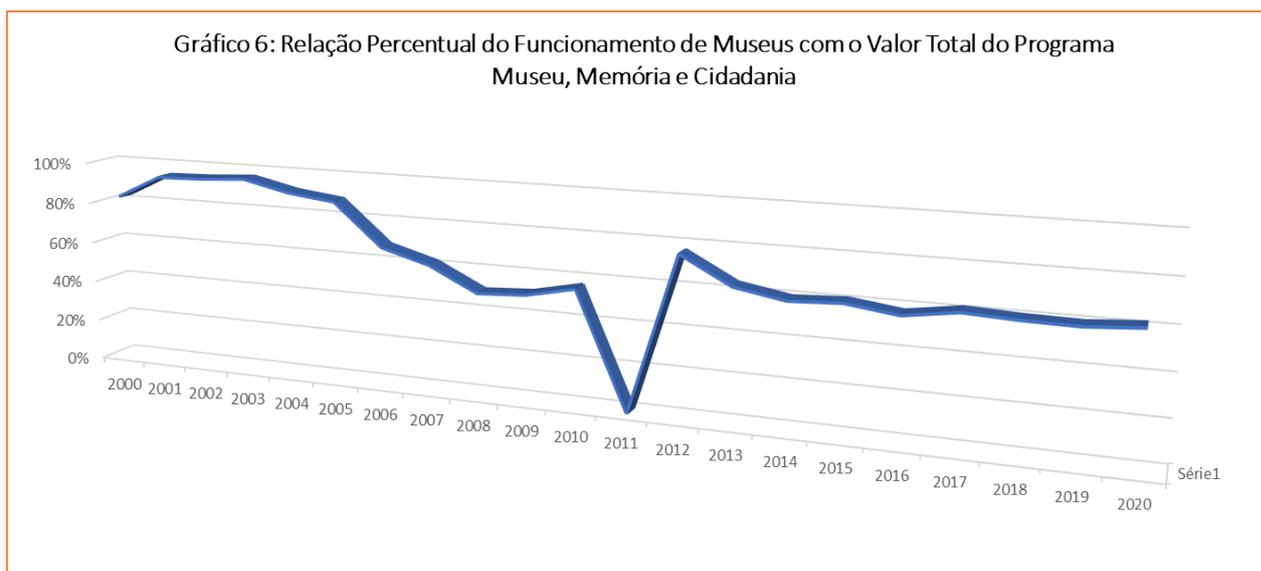
Com um órgão autônomo e completo, foi possível a criação de diversos programas, editais, formas de fomento, entre diversos produtos capazes de implementar e aumentar a qualidade do setor museológico brasileiro.

Respectivamente, analisando agora o bloco laranja do Gráfico 5, que representa o Funcionamento de Museus, nota-se que em 1/4 dos anos foram gastos bem menos que R\$15.000.000,00 e que, em 2/4 dos anos foram gastos pouco menos de R\$20.000.000,00 para o funcionamento de museus. Assim, em apenas 1/4 dos anos, foi gasto um valor total bem acima de R\$45.000.000,00, praticamente mais da metade dos anos anteriores. Neste gráfico, observa-se também que o mínimo gasto para o funcionamento de museus foi de menos de R\$5.000.000,00 (ano 2000) e o máximo gasto foi pouco acima de R\$50.000.000,00 (2018).

A partir desta análise, é possível complementar as informações levantadas até então e discutir dois fatores principais. Enquanto o programa Museu, Memória e Cidadania era apenas mais um programa dentro do IPHAN, os valores destinados aos museus eram praticamente restritos ao gasto máximo que aquele setor poderia ter a partir do orçamento total da autarquia, que com certeza era bem maior que o apresentado no Programa.

Assim sendo, para o Funcionamento de Museus, era impossível exceder o valor máximo disponibilizado, confundindo-se sempre o valor gasto com o valor total direcionado ao programa Museu, Memória e Cidadania, como demonstrado no Gráfico 4. A partir do momento em que se cria uma nova autarquia e a seleciona como espaço exclusivo de gestão apenas para os museus brasileiros e centros culturais, observa-se um aumento significativo do gasto total da autarquia e do valor máximo disponibilizado para investimento de ações básicas relacionadas ao Funcionamento de Museus. Demonstrando assim, a partir do Gráfico 4, uma diferenciação altíssima dos dois objetos de análise (o programa Museu, Memória e Cidadania e o Funcionamento dos Museus).

A fim de reforçar as análises levantadas até então, segue abaixo o Gráfico 6, que dá a relação percentual entre o Funcionamento de Museus e o valor total gasto do programa Museu, Memória e Cidadania.



**Gráfico 6:** Percentual Funcionamento de Museus e o Programa Museu, Memória e Cidadania  
**Fonte:** elaboração própria

O Gráfico 6 serve de análise para entender o quanto do valor total foi empenhado apenas para o funcionamento dos museus, mostrando que como já explicitado anteriormente, nos anos iniciais são cerca de mais de 80% do valor do programa disponibilizado apenas para o funcionamento das instituições museais. Já no período de 2013 em diante o percentual praticamente se estabilizou em 60%. O que parece significar que os recursos para o programa Museu, Memória e Cidadania estiveram sempre acima dos valores para o Funcionamento de Museus.

<b>Tabela 3: Acréscimo e Decréscimo Percentual</b>	
<b>ANO</b>	<b>PERCENTUAL</b>
<b>2000 - 2001</b>	20,10% ↑
<b>2001 - 2002</b>	5,36% ↑
<b>2002 - 2003</b>	20,71% ↑
<b>2003 - 2004</b>	30,84% ↑
<b>2004 - 2005</b>	2,35% ↑
<b>2005 - 2006</b>	37,45% ↑
<b>2006 - 2007</b>	21,83% ↑
<b>2007 - 2008</b>	33,05% ↑
<b>2008 - 2009</b>	12,36% ↓
<b>2009 - 2010</b>	2,17% ↓
<b>2010 - 2011</b>	8,82% ↑
<b>2011 - 2012</b>	12,68% ↑
<b>2012 - 2013</b>	36% ↑
<b>2013 - 2014</b>	6,70% ↑
<b>2014 - 2015</b>	5,45% ↑
<b>2015 - 2016</b>	10,40% ↑
<b>2016 - 2017</b>	7,73% ↓
<b>2017 - 2018</b>	6,66% ↑
<b>2018 - 2019</b>	3,51% ↓
<b>2019 - 2020</b>	5,70% ↓

**Tabela 3:** Análise de Acréscimos e Decréscimos Percentuais Programa Museu, Memória e Cidadania  
**Fonte:** elaboração própria

Observando agora a Tabela 3, é possível notar algo que já foi debatido em alguns exemplos no Gráfico 1, mas aqui se demonstra em um aspecto geral a variação em relação aos anos, em porcentagem, do quanto cresceu e decresceu o programa Museu, Memória e Cidadania. Há cinco momentos em que ocorre uma

queda dos valores empenhados pelas respectivas autarquias, mas, como já foi avaliado anteriormente o período de 2016 e 2017, nota-se que, a partir do ano de 2018, há uma queda de 3,51% dos valores empenhados pela autarquia IBRAM e, de 2019 em diante, observa-se uma tendência de decréscimo, já que de 2019 a 2020 há uma queda de 5,70% do valor. Essa condição será analisada adiante na Tabela 4 ao observar, por governos, o investimento no setor museológico.

<b>Tabela 4: Valor Médio de Cada Governo</b>	
<b>GOVERNOS</b>	<b>VALORES</b>
<b>Fernando Henrique Cardoso (2000 - 2003)</b>	R\$6.346.845,87
<b>Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011)</b>	R\$24.087.068,81
<b>Dilma Rousseff (2011 - 2016)</b>	R\$63.889.813,06
<b>Michel Temer (2016 - 2019)</b>	R\$81.745.465,51
<b>Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2020)</b>	R\$79.272.914,50

**Tabela 4:** Valor médio disponibilizado em cada governo  
**Fonte:** elaboração própria

A Tabela 4 foi feita analisando o valor médio por anos de governo de cada presidente de 2000 a 2020. Dessa forma, optou-se por somar os valores de cada governo (separadamente) e dividi-los pelo número de anos correspondente ao mandato. Dessa forma, obteve-se os dados em média do que foi disponibilizado pra o programa Museu, Memória e Cidadania e, conseqüentemente, investido no setor museológico, a partir das autarquias federais.

Entretanto, vale a pena destacar que como houve um processo de *impeachment* que culminou na queda da titular eleita Dilma Rousseff em 2016, foi-se considerado este ano ainda como seu governo, já que Michel Temer foi empossado em definitivo do cargo em 31 de agosto de 2016. Dessa forma, optou-se em tomar o ano de 2016 ainda como reflexo dos planos de governo da titular Dilma Rousseff.

A partir da Tabela 4 e com a ponderação feita, é possível observar a partir da média, que há um aumento de 73,65% do governo do FHC para o governo Lula. Observa-se, portanto, que as ações levantadas para fortalecimento do setor museológico no Brasil e em prol do programa Museu, Memória e Cidadania, tal qual a eficiência das autarquias, foram, de fato, positivas, reforçando o que já foi levantado anteriormente neste trabalho.

Observa-se também, que é a partir do governo da Dilma Rousseff que há uma estabilização e maior abertura para investimento e funcionamento do setor museológico, claramente demonstrando que a criação do IBRAM em 2009 foi o grande fator que possibilitou maior visibilidade e capacidade de uso de recursos para as instituições museais. Isso se comprova também, já que a partir de 2011, com a criação no IBRAM, mais de 24 editais foram disponibilizados para o financiamento público aos museus. Só no ano de 2011, foram disponibilizados 10 editais de financiamento, dentre eles destacam-se o Mais Museus e Modernização de Museus, que foram editais de extrema importância para o fortalecimento e aumento do setor museológico brasileiro.

A partir do processo de *impeachment* no ano de 2016, nota-se pela Tabela 4 e pela Tabela 1 que há uma queda considerável ao assumir o mandato de Jair Messias Bolsonaro. Vale ponderar que os valores relativos ao governo de Michel Temer são, também, reflexo da política desenvolvida anteriormente durante a gestão da titular Dilma Rousseff.

Analisando os resquícios do governo Dilma durante o governo Temer, há uma queda de 3,03% em transição ao governo Bolsonaro. Esse valor é pouco expressivo se for analisado separadamente, mas se levar em consideração que é referente a apenas 2 anos de governo e com a tendência de queda com o passar dos anos (2019 e 2020), como observado pela Tabela 1, nota-se o desmonte e enfraquecimento de boa parte das políticas públicas voltadas não apenas para o setor museológico, mas também, cultural. Ao disponibilizar menos recurso, se gasta menos e falta verba para investimentos necessários como o próprio funcionamento de museus, que segue a tendência de decréscimo do programa Museu, Memória e Cidadania do IBRAM.

Sem um Ministério da Cultura e uma preocupação com o setor cultural, vive-se no Brasil um momento de extrema consternação e falta de recursos para as instituições museais. Um exemplo prático é que no ano de 2019 apenas 01 edital de financiamento público foi aberto, no caso o edital Darcy Ribeiro.

Portanto, com as análises desenvolvidas anteriormente, nota-se a importância da criação do IBRAM e mesmo do DEMU/IPHAN para visibilidade do setor e a oportunidade de maior investimento e desenvolvimento do setor museológico no Brasil.

Entretanto, observa-se também que atualmente vive-se um cenário pouco positivo para o setor e que certamente será sentido ao longo dos anos que se aproximam, já que diversas investidas contra a política pública brasileira na área da cultura se tornou não apenas uma consequência, mas sim, um objetivo do plano de governo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo conteúdo explorado nesse trabalho de conclusão de curso, vale lembrar aqui momentos importantes que foram percorridos até então.

Perpassando desde as primeiras iniciativas acerca do surgimento da ideia de Políticas Públicas na área da cultura como um todo, nota-se a grande importância dada, na década de 1930 pelo Governo ao campo cultural, idealizando o espaço não apenas enquanto meio de preservação e apreciação das artes nacionais, mas também, como proposta de estruturação e reescrita de uma história nacional, no intuito de fortalecer suas bases ideológicas e políticas no Estado civil.

Neste momento, cabe-se voltar os olhares à importância das Políticas Públicas do ponto de vista social, já que como foi definido anteriormente no trabalho, é uma relação direta de interesses coletivos que perpassam uma ampla parte da esfera social, sendo pensado para usufruto da população. Em uma perspectiva estadista como foi a da década de 1930, pode-se analisar para os dias de hoje, com os devidos cuidados, a relação da sociedade e dos espaços culturais, como os museus, já que cada vez mais se observa uma relação restrita com os interesses privados e de mercado que, talvez, disputem com o cenário em estruturação das Políticas Públicas no âmbito cultural brasileiro e, principalmente, museológico.

Adiante no trabalho, foi-se discutido acerca do Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, que necessariamente é fruto de uma investida do governo vigente, mas que se difundiu em um espaço mais amplo ao longo do tempo. É a partir da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que se entende os primeiros marcos para as Políticas Públicas do setor museológico brasileiro, já que neste momento diversas investidas para preservação da memória nacional foram desenvolvidas. É, portanto, a partir do IPHAN que se iniciou a principal discussão deste trabalho, analisando este órgão governamental enquanto uma autarquia sólida e de extrema importância para os museus até o surgimento do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), apenas em 2009.

Outro marco que se sucedeu neste trabalho foi a criação e execução da Política Nacional de Museus, no ano de 2003, juntamente com a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU – IPHAN). É importante reforçar aqui que foi esse setor, dentro da autarquia vigente que ficou responsável

pela execução da PNM e da gestão do programa Museu, Memória e Cidadania, até o ano de 2009. Assim, não se descarta sua grande importância para o setor museológico brasileiro, mas que como observado adiante e aqui reforçado, foi apenas o começo, uma parte anterior à criação da autarquia e dos mecanismos que de fato dariam um salto significativo para o setor, no caso o IBRAM juntamente com o Estatuto de Museus.

Assim, analisou-se as Leis nº 11.904, que cria o Estatuto de Museus e 11.906, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ambas no ano de 2009. É a partir do Estatuto de Museus que se regulamenta o setor museológico no Brasil, definindo o dever das Instituições Museológicas e a legislação vigente. E, coube ao IBRAM continuar a execução da PNM e executar de forma eficiente o Estatuto Brasileiro de Museus, assim como a gestão de 28 unidades museológicas. Hoje em dia o IBRAM é responsável pela gestão da legislação vigente para grande parte dos museus brasileiros, demonstrando assim o amplo espaço alcançado desde o seu ano de criação.

Após esse pequeno resumo do que foi discutido até então neste trabalho de conclusão de curso, vale a pena reforçar que os anos de 1937, 2003 e 2009 foram, talvez, os grandes marcos do setor de Políticas Públicas para a Museologia no Brasil. Como primeira investida de preservação e construção de uma memória nacional surge o SPHAN, seguido no ano de 2003 pelo lançamento da Política Nacional de Museus e a criação do DEMU para gestão do programa Museu, Memória e Cidadania e, por fim, como último grande avanço do setor até então, o ano de 2009 com a criação do Estatuto de Museus e do IBRAM.

Claramente não se pode definir apenas esses anos como os únicos voltados para desenvolvimento das Políticas Públicas para o setor museológico, mas pode-se considerar como os mais importantes, já que tudo que será desenvolvido e continuado surge a partir dessas grandes investidas de iniciativa pública. Também vale ressaltar que nenhum destes marcos foram alcançados sem grandes disputas e embates para fortalecimento do setor museológico brasileiro, que mesmo demonstrando-se recente, possui um grande espectro de possibilidades e espaços já conquistados, mas que, infelizmente, precisam ser afirmados e reafirmados todos os dias.

Assim, pode-se concluir com este trabalho que a criação do Instituto Brasileiro de Museus de fato foi benéfica para o setor, sendo responsável pelo aumento mais que significativo de verbas e possibilidades para o funcionamento e gestão dos museus brasileiros. É nítido o que já foi discutido anteriormente e, observando o Gráfico 1 novamente, pode-se ver que há um grande salto orçamentário a partir do ano de 2009, respondendo assim a hipótese criada de que o IBRAM é de fato a autarquia mais eficiente para o setor museológico criado até o momento.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 25** - de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm)>. Acesso em: nov. 2019

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus** – Brasília : MinC, 2003. Disponível em: <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica\\_nacional\\_museus\\_2.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf)>. Acesso em: nov. 2019

BRASIL. **Lei no 11.906** - de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>. Acesso em: nov. 2019

BRASIL. **Medida provisória nº 850**, de 10 de setembro de 2018. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/40360894/do1-2018-09-11-medida-provisoria-n-850-de-10-de-setembro-de-2018-40360804](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/40360894/do1-2018-09-11-medida-provisoria-n-850-de-10-de-setembro-de-2018-40360804)>. Acesso em: nov. 2019

BRASIL. **Ato de 13 de fevereiro de 2019**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2019-2022/2019/Congresso/acd-13.fev.19-mpv850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Congresso/acd-13.fev.19-mpv850.htm)>. Acesso em: jul. 2021

DICIONÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS / Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012

NUNES, Gilson Antônio; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira. A extinção do IBRAM, criação da ABRAM e os impactos para a política pública de museus no Brasil. In: **Congresso Mineiro de Direito Patrimônio Cultural**, 2018, Ouro Preto, MG. Fórum de Capacitação de Agente Municipais de Fiscalização do Patrimônio Cultural / Carlos Magno de Souza Paiva, Aidio Junior Mariano Golçalves (Orgs.). Ouro Preto/MG - 2018

NUNES, Gilson Antônio. A construção de uma política pública para o setor museológico no Brasil, em Minas Gerais e em Ouro Preto, experiências nas três esferas de governo. In: **I Seminário Brasileiro Museologia, 2014, Belo Horizonte**. Anais do I Seminário Brasileiro Museologia. Belo Horizonte, 2014. v. 1. p. 204-2015.

REZENDE, GRIECO, TEIXEIRA e THOMPSON. Baseado no verbete Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da publicação Entrevista com Augusto da Silva Telles, do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural (THOMPSON, 2010).

SILVA, Carlos Henrique Gomes da; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Políticas públicas para Museus no Brasil: do IPHAN ao IBRAM. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Rio de Janeiro. **GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação**. Rio de Janeiro, 2013. p. 1 - 20.

SILVA, Marcela Virginia Thimoteo da. Do SPHAN ao IBRAM: Subsídios para compreender a produção documental dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Florianópolis: **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, 2015. Disponível em: <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Revista-Eletronica-Ventilando-Acervos-n3.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.